

SESC – ADMINISTRAÇÃO REGIONAL NO ESTADO DA BAHIA
EDITAL DE LICITAÇÃO
MODALIDADE – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 179/2021

OBJETO: AQUISIÇÃO DE 02 (DOIS) CAMINHÕES BAÚ FRIGORÍFICO, SEM NENHUM USO ANTERIOR, EM TOTAL E ADEQUADO FUNCIONAMENTO CONJUNTAMENTE DE TODAS AS PEÇAS NOVAS, SISTEMAS, CARACTERÍSTICAS, FUNÇÕES DE TODA NATUREZA QUE OS COMPÕEM, ALÉM DA OBEDIÊNCIA ÀS NORMATIZAÇÕES TÉCNICAS VIGENTES, PARA ATENDER AS UNIDADES MESA BRASIL SALVADOR E FEIRA DE SANTANA, NOS TERMOS CONSTANTES DO EDITAL E CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES DESCRITAS NO ANEXO I.

TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO.

DATA E HORA DE ABERTURA: 01 DE JUNHO DE 2022, ÀS 13H30MIN

O Serviço Social do Comércio, pessoa jurídica de Direito Privado e sem fins lucrativos criada em cumprimento ao Decreto-lei nº 9.853 de 13/09/1946, regulamentada pelo Decreto nº 60.334 alterado pelo Decreto nº 61.836 de 05/12/1967, através da **Administração Regional no Estado da Bahia (SESC/BA)**, com sede administrativa inscrita no CNPJ sob o n.º 03.591.002/0001-90, localizada na Avenida Tancredo Neves, nº 1.109, Edifício Casa do Comércio, 8º andar, Caminho das Árvores, Salvador/BA, por intermédio de Pregoeiro designado através da **Portaria n.º 4636/2021 de 04/11/2021**, ratificado pela Comissão Permanente de Licitação, designada pela **Portaria nº 4394/2021, de 31/05/2021**, torna público que, através do **site no Portal de Compras Eletrônica do SESC Bahia, no endereço: <http://compras.sescbahia.com.br>**, realizará Licitação, na modalidade **Pregão Eletrônico**, do tipo **MENOR PREÇO**, objetivando a **AQUISIÇÃO DE 02 (DOIS) CAMINHÕES BAÚ FRIGORÍFICO, SEM NENHUM USO ANTERIOR, EM TOTAL E ADEQUADO FUNCIONAMENTO CONJUNTAMENTE DE TODAS AS PEÇAS NOVAS, SISTEMAS, CARACTERÍSTICAS PARA ATENDER AS UNIDADES MESA BRASIL SALVADOR E FEIRA DE SANTANA**, com procedimento regido pelas condições deste Instrumento Convocatório e do Regulamento de Licitações e Contratos do SESC, alterado e consolidado pela Resolução SESC n.º 1252 de 06 de junho de 2012, publicada na Seção III do Diário Oficial da União, edição de n.º 144, de 26/07/12 do Conselho Nacional, disponíveis no site www.sescbahia.com.br.

FORNECIMENTO DO EDITAL: O Edital completo referente a esta licitação encontra-se disponível no **PORTAL DE COMPRAS ELETRÔNICA DO SESC BAHIA – <http://compras.sescbahia.com.br>** e no site institucional do SESC BAHIA www.sescbahia.com.br, link “Licitações”, “Licitações em aberto” identificado sob **Protocolo nº 21/01.00179–PE - sob o Título – “AQUISIÇÃO DE 02(DOIS) CAMINHÕES BAÚ FRIGORÍFICO”**. Informações adicionais poderão ser requeridas através do campo “**Esclarecimentos**” no Portal de Compras supramencionado até 02(dois) dias úteis antes da data fixada para encaminhamento da Proposta Comercial.

Salvador, 20 de maio de 2022.

Taiane Sacramento Da Silva
Pregoeira

José Hamilton Siqueira Brito
Autoridade Competente

Maria Aparecida da Silva
Comissão Permanente de Licitação

1. OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1 A presente Licitação tem por objeto a aquisição de 02 (dois) caminhões baú frigorífico, sem nenhum uso anterior, em total e adequado funcionamento conjuntamente de todas as peças novas, sistemas, características, funções de toda natureza que os compõem, além da obediência às normatizações técnicas vigentes, para atender as Unidades Mesa Brasil Salvador e Feira de Santana, nos termos constantes deste Edital e conforme especificações e quantidades descrita no Anexo I, a ele acostado, como se aqui estivesse literalmente transcrito;

2. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1 A despesa da contratação decorrente da presente Licitação para o SESC/BA correrá por conta do **elemento de despesa n.º 5.2.1.2.**

3. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

3.1 O Pregão será realizado na forma eletrônica, em sessão pública à distância, por meio da *INTERNET*, mediante condições de segurança (criptografia e autenticação) em todas as suas fases;

3.2 O Sistema Eletrônico a ser utilizado no presente Pregão é o do Portal de Compras do SESC Bahia, no endereço: <http://compras.sescbahia.com.br>;

3.3 Os trabalhos serão conduzidos por Pregoeiro designado pelo SESC/BA e ratificados pela Comissão de Licitação;

3.4 Os procedimentos referentes a esta Licitação ocorrerão nas datas e horários especificados nos **subitens 3.6 e 3.7**, ou, caso não haja expediente na data informada, serão prorrogados para o mesmo horário no primeiro dia útil subsequente, utilizando-se o mesmo meio eletrônico;

3.5 Desde que respeitado o prazo designado e informado o número correspondente a esta Licitação, o PROPONENTE poderá formular consultas através do Portal de Compras: <http://compras.sescbahia.com.br>, até 02 (dois) dias úteis anteriores à data fixada para encaminhamento da Proposta Comercial;

3.6 **Prazo para encaminhamento das Propostas:** das 11h00 do dia 20 de maio de 2022 até as 10h00 do dia 01 de junho de 2022;

3.7 **Abertura da Sessão Pública:** às 13h30, do dia 01 de junho de 2022;

3.8 Todas as referências de tempo deste Edital, do Aviso e durante a Sessão Pública, observarão obrigatoriamente o **horário de Brasília-DF** e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

4. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

4.1 Poderão participar desta Licitação quaisquer Licitantes interessados **que comprovem atender a todas as exigências constantes deste Edital e seus Anexos** e cujo objeto social da empresa, expresso no estatuto social, contrato social ou documento equivalente, especifique ramo de atividade compatível com o objeto da licitação;

4.1.1 Na hipótese de o Licitante ser Microempreendedor Individual (MEI), **somente poderá** participar deste certame se o CNAE (código de atividade)

de sua inscrição abranger o objeto licitado (identidade), em razão das limitações de ramos em que é possível atuar sob esta forma.

- 4.2** Como condição para participação, o licitante assinalará em campo próprio do sistema que aceita o Termo de Concordância e Edital;
- 4.3 NÃO** será admitida nesta Licitação a participação de Empresas diferentes com sócio(s) comum(ns);
- 4.4 NÃO** poderão disputar entre si com propostas diferentes empresas que, embora distintas, estejam reunidas em grupo econômico, comercial ou industrial ou integrem consórcio ou, ainda, aquelas que sejam controladas, coligadas ou subsidiárias entre si;
- 4.4.1** O consórcio, coligação, controladora ou grupo econômico não poderá concorrer, no mesmo item desta licitação, com empresa que figure como sua integrante;
- 4.5** Matriz e filial(ais) de uma mesma pessoa jurídica, ainda que possuam CNPJ diferentes, não poderão competir entre si neste certame;
- 4.6** Em atenção ao princípio da moralidade, **NÃO** poderão participar das licitações e nem contratar com o SESC/BA seus dirigentes e/ou empregados, bem como não poderão participar empresas cujos sócios, administradores, representantes legais, gestores ou controladores, sejam empregados e/ou dirigentes do SESC/BA;
- 4.7** Além das vedações acima, **NÃO** será admitida nesta licitação a participação de pessoas jurídicas:
- a)** Em processo de falência, dissolução, liquidação ou sob concurso de credores;
 - b)** Em regime de concordata;
 - c)** Que estejam em cumprimento de penalidade de suspensão do direito de licitar ou contratar com o SESC/BA;
 - d) Que tenham sido declaradas inidôneas pelo Tribunal de Contas da União – TCU (Acórdão n.º 1280/2018 – Plenário).**
- 4.8** As pessoas jurídicas constituídas sob forma caracterizada por limite de faturamento anual prevista em lei (a exemplo de: *empresário individual, microempresa, empresa de pequeno porte*), assim como empresas optantes do SIMPLES, que venham a ter suas alíquotas tributárias majoradas ou qualquer outro tipo similar de majoração de custo após a apresentação da proposta comercial e/ou adjudicação do objeto deste certame (ou resultante de posteriores contratações com terceiros), ficam cientes desde já que não poderão repassar ao SESC/BA a majoração ocorrida, ou seja, não será aceito aumento no preço a ser pago com amparo na mudança de enquadramento aqui referida;
- 4.9** A participação neste certame implica em assumir a responsabilidade por manter a regularidade jurídica e fiscal até a data de encerramento da execução do objeto, inclusive como condição para pagamento e/ou continuidade do contrato, quando se tratar de prestação futura e/ou continuada;

- 4.10** O SESC/BA está constituído na forma de pessoa jurídica de Direito Privado, conforme determinou o Decreto-lei nº 9853, e, em conformidade com o seu Regulamento de Licitações e Contratos (Resolução SESC nº 1.252/12), não aplica em suas licitações os arts. 42 a 49 da LC 123/06;
- 4.11** O encaminhamento da(s) proposta(s) comercial(ais) para participação nesta licitação implica em declaração de aceitação de todos os termos deste Edital e seus anexos.

5. DOS DOCUMENTOS DESTA LICITAÇÃO

5.1 Os documentos integrantes da presente Licitação são os seguintes

- a) Edital de Pregão Eletrônico n.º 179/2021;**
- b) Anexo I – Especificações do Objeto/ Termo de Referência;**
- c) Anexo II – Modelo da Proposta Comercial;**
- d) Anexo III – Minuta do Contrato.**
- e) Anexo IV - Declaração de Ausência de Relação com Dirigente e/ou Empregado do Serviço Social do Comércio;**
- f) Anexo V - Regulamento de Tratamento de Dados Pessoais Por Operadores.**

5.2 Todos os documentos acima elencados vinculam o presente processo licitatório e seus participantes;

5.3 Os documentos que integram este processo licitatório, inclusive os preços estimados, encontram-se à disposição, resguardando-lhe à publicidade, para consulta mediante solicitação à Comissão de Licitação através do campo “Esclarecimentos” no Portal de Compras do SESC Bahia;

5.4 O Licitante arcará com todos os custos associados à obtenção dos documentos de habilitação e à elaboração de Proposta Comercial e o **SESC/BA**, em nenhuma hipótese, será responsável ou se sujeitará a reembolsar esses custos, independentemente do resultado deste certame ou mesmo em casos de suspensão, revogação ou anulação.

6. AS ATRIBUIÇÕES DO PREGOEIRO:

6.1 O certame será conduzido pelo PREGOEIRO que terá as seguintes atribuições:

- 6.1.1** Coordenar o processo licitatório;
- 6.1.2** Receber, examinar e decidir as impugnações e consultas ao Edital, apoiado pelo setor responsável pela sua elaboração;
- 6.1.3** Conduzir a sessão pública na internet;
- 6.1.4** Registrar e disponibilizar as decisões no sistema eletrônico;
- 6.1.5** Verificar a conformidade da proposta com os requisitos estabelecidos no Instrumento Convocatório;
- 6.1.6** Dirigir a etapa de lances;
- 6.1.7** Verificar e julgar as condições de Habilitação;

- 6.1.8 Receber, examinar e decidir os recursos encaminhando à Presidência do Conselho Regional do SESC Bahia;
- 6.1.9 Indicar o(s) vencedor(es) do certame;
- 6.1.10 Consignar no sistema a decisão da Comissão por Desclassificação de Propostas indicando os motivos;
- 6.1.11 Conduzir os trabalhos da equipe de apoio;
- 6.1.12 Encaminhar o processo devidamente instruído para ratificação da Comissão de Licitação e, por conseguinte, à Autoridade competente propondo a homologação e adjudicação.

7. CREDENCIAMENTO

- 7.1 Consiste no cadastramento do fornecedor como usuário do Portal de Compras, através da concessão de login e senha, que permitirá a participação nos Pregões Eletrônicos do Sesc/BA de forma **totalmente gratuita**;
- 7.2 Para participar da presente licitação os interessados deverão efetuar cadastro no site <http://compras.sescbahia.com.br> através do "link" **CADASTRO**, **preenchendo obrigatoriamente todas as informações solicitadas**;
- 7.3 Após o correto preenchimento de todos os campos o sistema confirmará o cadastro, gerando um número de protocolo, a partir deste momento, o Sesc/BA realizará a análise e validação do cadastro;
- 7.4 O Sesc/BA **possuirá até 02 (dois) dia úteis a contar do registro do cadastro pelo fornecedor no sistema** para a análise e validação das informações podendo solicitar informações adicionais;
- 7.5 **Após a validação do cadastro, o fornecedor receberá através do e-mail cadastrado, a senha gerada automaticamente pelo sistema**;
 - 7.5.1 A senha concedida pelo sistema possibilitará o acesso ao Portal de Compras bem como a participação da empresa nos Pregões Eletrônicos publicados pelo Sesc/BA. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua inteira e exclusiva responsabilidade, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao Sesc/BA responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido de senha, ainda que por terceiros.
- 7.6 O credenciamento da empresa e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico;
- 7.7 O fornecedor não cadastrado, que possuir interesse em participar dos pregões eletrônicos do Sesc/BA, deverá atentar-se ao **prazo mínimo de 02 (dois) dias úteis** necessários para análise/validação do cadastro, conforme previsto no **subitem 7.4** do edital, sob pena de não obtenção da senha a tempo de participação no certame;
- 7.8 O Sesc/BA poderá excluir o cadastramento de qualquer fornecedor ou cancelar cadastro já efetivado, a qualquer tempo, quando verificada a ausência de

veracidade das informações registradas e/ou quando o fornecedor for penalizado nos termos do **item 22** e seus respectivos subitens do edital;

- 7.9 É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por representante, não cabendo ao SESC/BA responsabilidades por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;
- 7.10 O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica responsabilidade legal pelos atos praticados e presunção de sua capacidade técnica e jurídica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico;
- 7.11 O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances;
- 7.12 Nos casos de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances;
- 7.12.1 O Pregoeiro, quando possível, dará continuidade à sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.
- 7.13 Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do Pregoeiro aos participantes com indicação de data e horário para sua reabertura, **ficando os participantes responsáveis pelo acompanhamento.**

8. DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

8.1 Na fase de análise das condições de Habilitação para contratar com o SESC/BA, antes de o proponente autor da proposta de menor preço ser declarado vencedor, serão requisitados, em caráter indispensável, todos os documentos informados nos subitens deste **item 8**, que integrarão o processo licitatório, com a finalidade de comprovar a Habilitação Jurídica, a Regularidade Fiscal, a Qualificação Econômico-Financeira e a Qualificação Técnica dos licitantes;

8.1.1 Para comprovação da HABILITAÇÃO JURÍDICA:

8.1.1.1 Caso o licitante seja **empresário individual ou EIRELI**, o ato constitutivo e/ou requerimento de empresário onde conste o carimbo/selo legível do respectivo registro na Junta Comercial do Estado onde está sediada a empresa (com a numeração);

8.1.1.2 Na hipótese de licitante constituído como qualquer das espécies de **Sociedades Empresárias**, o Ato Constitutivo (Estatuto ou Contrato Social com as respectivas alterações ou última consolidação) em vigor, com o carimbo/selo legível do respectivo registro e/ou averbação na Junta Comercial do Estado onde está sediada a empresa (com o respectivo número), e, especialmente no caso das sociedades por ações, quando não houver indicação de administradores (com poderes para representação legal em contratos e licitações) no ato constitutivo, deverá ser apresentado,

também, em anexo, o documento que comprova a eleição dos mesmos;

8.1.1.3 Caso o licitante seja **Sociedade Civil**, o Ato Constitutivo com carimbo legível do registro em Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas, acompanhado das alterações ou última consolidação averbada ao registro e, **também, de comprovação de inscrição e registro em órgão de classe, quando couber**, fazendo-se acompanhar, ainda, da prova do ato de investidura da composição da Diretoria em exercício;

8.1.1.4 No caso de microempreendedor individual, o certificado de MEI, abrangendo a atividade correspondente ao objeto desta licitação, emitido por órgão público (este certificado pode ser obtido no endereço eletrônico: <http://www.portaldoempreendedor.gov.br/temas/ja-sou/servicos/emitir-certificado-cnpj-ccmei/certificado-cnpj>) com informação da data de nascimento do microempreendedor.

8.2 Qualquer que seja o Ato Constitutivo ou o tipo de sociedade, a empresa Licitante deverá apresentar, também, como documento comprobatório de sua **HABILITAÇÃO JURÍDICA**;

8.2.1 **Cédula de Identidade do Responsável Legal da Empresa Licitante OU Carteira de Habilitação, nas quais conste o número de RG e CPF** (com poderes para firmar contratos, receber valores, emitir declarações e assumir obrigações), sendo fotocópia legível (*impressa em papel que não seja termossensível*) autenticada ou apta a ser conferida e vistada pela Comissão de Licitação, mediante apresentação da via original;

8.2.1.1 O sócio responsável legal da empresa licitante é considerado aquele com poderes para firmar contratos, receber valores, emitir declarações, bem como assumir obrigações, conforme seu estatuto ou documento correspondente;

8.2.1.2 O documento de identificação poderá ser apresentado em fotocópia legível (*impressa em papel que não seja termo sensível*) autenticada ou apta a ser conferida e vistada pela Comissão de Licitação, mediante apresentação da via original;

8.2.1.3 Caso haja apresentação de procuração com poderes ilimitados, além do documento de identificação do(s) sócio(s) outorgante(s), deverá ser apresentada a cópia do documento do procurador/outorgado.

8.2.2 Para comprovação da **REGULARIDADE FISCAL E QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA-FINANCEIRA**:

8.2.2.1 **Comprovante de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (cartão do CNPJ)**, da empresa licitante;

8.2.2.2 **Certidão Negativa de Débitos junto à Fazenda Nacional e Procuradoria da Fazenda Nacional**, ou Positiva com efeitos de Negativa, conforme Portaria MF nº 358/2014;

8.2.2.3 Certidão Negativa de Débitos de Tributos Estaduais, ou Positiva com efeitos de Negativa, da sede do licitante (*se inscrito como contribuinte – conforme atividade exercida*);

8.2.2.4 Certidão Negativa de Débitos de Tributos Municipais, ou Positiva com efeitos de Negativa, da sede do licitante (*se inscrito como contribuinte – conforme atividade exercida*);

8.2.2.5 Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) da empresa licitante referente á matriz ou filial que será responsável pelo faturamento do(s) produto(s) ou serviços;

8.2.2.6 Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

8.2.3 Para a comprovação da **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**:

8.2.3.1 Comprovação de execução de objeto pertinente e compatível (**em características, quantidades e prazos**) com o descritivo constante dos Anexos I e II deste Edital, conforme item a que se destina a proposta comercial do licitante, **através da apresentação de pelo menos 01 atestado de capacidade técnica impresso em papel timbrado do emissor, que deverá ser devidamente qualificado (razão social, CNPJ/CPF, endereço, telefone), bem como aquele que subscreve o atestado (nome, função/cargo)**;

8.2.3.1.1 O Atestado de que trata este subitem pode ser fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente inscrita no CNPJ e deverá ser subscrito por quem tenha poderes para tanto;

8.2.3.1.2 Não será aceito o atestado de capacidade técnica emitido por pessoa jurídica integrante do mesmo grupo comercial ou industrial do proponente ou por consórcio integrado pelo mesmo;

8.2.3.1.3 Não será aceito nesta licitação atestado de capacidade técnica emitida por pessoa jurídica que tenha por objeto social ou ramo de atuação quaisquer das atividades econômicas em que se insira(m) a(s) atividade(s) do licitante proponente;

8.2.3.1.4 Antes do julgamento das propostas, poderá a Comissão de Licitação a seu critério, diligenciar no sentido de aferir as informações, a validade e/ou autenticidade do atestado apresentado;

8.2.3.1.5 Não serão considerados válidos neste certame atestados de capacidade técnica referente a objeto distintos do descritivo do Anexo I, ou seja, que não estejam adstritos ao objeto deste Instrumento Convocatório;

8.2.3.1.6 O Pregoeiro e/ou a Comissão de Licitação poderá(ão), a seu critério, diligenciar no sentido de aferir a validade e/ou autenticidade do atestado apresentado.

8.3 OBSERVAÇÕES QUANTO À DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA NA FASE DE HABILITAÇÃO

- 8.3.1** Toda a documentação apresentada deverá estar com vigência plena e ser apresentada em **cópia autenticada em cartório** (desde que não seja em papel termossensível), ou cópia a ser conferida e vistada pela Comissão de Licitação e pelo Pregoeiro, mediante apresentação dos originais;
- 8.3.1.1** Documentos omissos quanto ao prazo de validade serão aceitos apenas se estiverem dentro do **prazo de 90 (noventa) dias**, até a data da sessão pública, contados a partir da data de sua expedição, inclusive no caso daqueles obtidos via internet;
- 8.3.1.2** O Pregoeiro e/ou a Comissão de Licitação poderá(ão), a seu critério, se julgar útil e necessário para sanar falhas, abrir exceção para emitir nova via válida de documentos constantes do **subitem 8** que tenha sido apensado ao envelope de Habilitação fora da validade;
- 8.3.1.3** Só poderá ser emitida nova via, conforme o item anterior, apenas se for possível fazê-lo através da internet e o documento esteja acessível a qualquer pessoa.
- 8.3.2** Os documentos que sejam emitidos **pela INTERNET**, deverão ser apresentados com identificação do número do documento ou de protocolo, o endereço eletrônico do emissor (legível) e a data de emissão, bem como qualquer outro dado necessário à verificação da validade pela Comissão de Licitação e pelo Pregoeiro, através do site emissor;
- 8.3.3** Os documentos obtidos via Internet somente serão aceitos após a verificação de sua validade e autenticidade pelo pregoeiro, em diligência junto aos órgãos expedidores;
- 8.3.4** O Ramo de Atividade do Licitante, constante dos documentos elencados da relação de Documentos de Habilitação, deverá ser compatível e pertinente ao objeto desta Licitação;
- 8.3.5** Quando o faturamento for efetuado por terceiros (inclusive filiais), tal fato deverá ser informado na Proposta comercial, citando seus respectivos nomes, os quais deverão também cumprir as exigências de habilitação (**item 8**);
- 8.3.6** Em cumprimento ao art. 206 do Código Tributário Nacional, o SESC/BA somente aceitará certidões positivas da Fazenda Municipal, Estadual e Federal, se contiverem expressamente em seu texto **“positiva com efeito(s) de negativa”** quanto aos débitos nela inscritos;
- 8.3.7** Nesta modalidade licitatória caberá recurso apenas da decisão que declarar o Licitante vencedor;
- 8.3.8** Na hipótese de haver inabilitação do arrematante, poderá a Comissão de Licitação autorizar o Pregoeiro a convocar o Autor do segundo menor lance e, se necessário, os autores dos demais lances, seguindo a ordem

crescente de preço, conforme art. 21 XIV do Regulamento de Licitações e Contratos do SESC alterado e consolidado pela Resolução nº 1.252/2012;

8.3.9 Os Licitantes que não atenderem integralmente aos requisitos referentes à **HABILITAÇÃO serão inabilitados a qualquer tempo**, mesmo quando, após ultrapassada a referida fase da licitação, for constatada alguma omissão ou ausência de requisito ou condição de inabilitação previstos neste Edital e/ou no Regulamento de Licitações e Contratos do SESC alterado e consolidado pela Resolução SESC nº 1.252/12 devendo ser resguardada a observância de oportunidade para exercício do Contraditório e da Ampla Defesa;

8.3.10 Eventual prorrogação da data de abertura desta Licitação, a critério da Comissão de Licitação, implicará na aceitação da validade (quanto ao prazo) dos documentos que estavam vigentes na data inicialmente designada para a abertura do certame;

8.3.11 A qualquer tempo, **desde que antes da decisão julgadora deste processo licitatório**, terá o Pregoeiro e/ou Comissão de Licitação a faculdade de conceder, a seu critério, prazo para que seja sanada dúvida, obscuridade, erro ou contradição no que tange à **Habilitação do Licitante**.

9. CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

9.1 A presente Licitação é do tipo **MENOR PREÇO**, sendo que na obtenção da Proposta mais vantajosa, o julgamento far-se-á vinculado ao atendimento das exigências contidas neste Instrumento Convocatório e seus Anexos, sendo vencedor o Licitante que ofertar o **MENOR PREÇO POR ITEM**.

10. ENCAMINHAMENTO DAS PROPOSTAS ELETRÔNICAS

10.1 O licitante deverá registrar sua proposta mediante o preenchimento no sistema eletrônico, nos campos solicitados, informando **VALOR UNITÁRIO, MARCA E MODELO** e a sua apresentação equivale à declaração de plena e irrevogável compreensão e aceitação de todos os termos constantes deste Edital e seus anexos (especificações, descrições, condições, prazos, penalidades, valores, datas etc) que dele são partes integrantes como se estivessem literalmente transcritos;

10.2 É VEDADA A IDENTIFICAÇÃO DO LICITANTE, SOB PENA DE DESCLASSIFICAÇÃO;

10.2.1 Considerando o disposto no subitem acima, as empresas que possuírem a marca dos produtos com **QUALQUER ELEMENTO QUE IDENTIFIQUE** a sua razão social ou nome fantasia, no momento do registro da proposta no sistema eletrônico, **DEVERÃO ADOTAR OUTRO TERMO** para evitar sua desclassificação, após o envio da documentação. **Assim, deve-se utilizar os termos “Marca Própria” ou “Fabricação Própria”**.

10.3 A proposta comercial a ser encaminhada eletronicamente após a negociação com o Pregoeiro, deverá conter o **VALOR UNITÁRIO e TOTAL DE CADA ITEM**, sempre em moeda nacional corrente, em valores numéricos, deverá,

obrigatoriamente, ser adotada 2 (duas) casas decimais, para fins de arredondamento, sem emendas ou rasuras;

10.4 O SESC não se enquadra como contribuinte do **ICMS/ISS**, devendo o Contratado computar em seus preços a alíquota plena;

10.4.1 Será **desclassificada** proposta onde haja exigência de faturamento ou pedido mínimo;

10.4.2 Será **desclassificada** a proposta que não atender às exigências deste Edital e seus anexos, inclusive quanto às especificações do objeto, bem como aquelas que contenham valores manifestamente inexequíveis, excessivos, simbólicos, irrisórios ou iguais a zero;

10.4.3 A proposta deverá apresentar preço compatível com aquele praticado no mercado, sem quaisquer acréscimos em virtude de expectativa inflacionária ou de suposta variação de custo financeiro;

10.4.4 Toda e qualquer ressalva feita na proposta do licitante, quanto às especificações do objeto deste certame, será desconsiderada e caso o mesmo venha a vencer a licitação, deverá cumprir a obrigação em total conformidade com as especificações descritas no Anexo I deste Edital, caso contrário, poderá ser penalizado de acordo com as previsões deste Edital;

10.4.5 Quaisquer inserções na proposta que visem modificar, extinguir ou criar direitos, sem respaldo em previsão no Edital, **serão consideradas inexistentes pelo Pregoeiro e/ou pela Comissão de Licitação**, aproveitando-se a proposta naquilo que não for conflitante com o Instrumento Convocatório;

10.4.6 No preço ofertado deverão estar incluídas as despesas que o licitante terá com tributos de qualquer espécie, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, despesas com transporte, embalagens, fretes, taxas e outras aplicáveis à operação proposta, de qualquer natureza, direta ou indireta, que se façam indispensáveis à perfeita execução do objeto desta licitação.

10.5 Em todas as operações matemáticas, para compor o preço da proposta comercial, ou qualquer outro tipo de cálculo que se fizer necessário na presente licitação, deverá, obrigatoriamente, ser adotada 02 (duas) casas decimais, para fins de arredondamento, expressando os valores em moeda nacional – reais e centavos, ficando esclarecido que não serão admitidas propostas alternativas;

10.6 A apresentação de proposta equivale ao reconhecimento pelo licitante de que lhe foram fornecidos todos os elementos necessários à válida apresentação de sua oferta neste certame, **não cabendo impugnação posterior** a qualquer dos termos e disposições deste Edital e seus anexos;

10.6.1 A apresentação da proposta implica também na declaração do licitante de que desconhece qualquer impedimento para que o SESC/BA venha a contratar com ele, bem como implica em seu reconhecimento de que está apto a cumprir os termos e condições prestados neste Edital e anexos.

10.7 Prazo para encaminhamento das Propostas: das 11h do dia 20 de maio de 2022 até as 10h do dia 01 de junho de 2022;

10.8 Abertura da Sessão Pública: às 13h30 do dia 01 de junho de 2022;

10.9 A empresa licitante poderá indicar a validade de sua proposta na proposta comercial a ser encaminhada, todavia, para ser aceita a proposta, **este prazo de validade NÃO poderá ser inferior a 90 (noventa) dias** a contar da data da sua apresentação ao SESC;

10.9.1 Se o licitante (proponente) não indicar expressamente o prazo de validade da proposta, o mesmo ficará subentendido como de **90 (noventa) dias**;

10.9.2 Caso a validade informada na proposta se encerre antes da adjudicação, homologação e assinatura do Contrato, **a mesma será considerada automaticamente prorrogada, caso não haja o recebimento da manifestação expressa e formal do licitante, em sentido contrário, até 24 horas após o término da validade inicialmente informada;**

10.9.2.1 A manifestação expressa de que trata este item deverá ser apresentada por meio de documento dirigido à Comissão de Licitação, via Correios para o endereço: Avenida Tancredo Neves, n.º 1109, 6º andar, Caminho das Árvores Salvador Bahia CEP 41820-021 implicando, somente nesta hipótese, no declínio do licitante em continuar na licitação.

10.10 Após a apresentação da proposta de preço e lance, não poderá o licitante desistir do certame, salvo por comprovado motivo justo decorrente de fato superveniente, a ser informado e submetido à apreciação do Pregoeiro e/ou da Comissão de Licitação;

10.9.1 Caso o Pregoeiro e/ou a Comissão de Licitação não acolha(m) a justificativa do desistente como válida poderá ser a ele aplicada qualquer das penalidades **previstas no art. 31 do Regulamento de Licitações e Contratos do SESC**, caso se recuse a assinar o Contrato, sem prejuízo de ação judicial cabível.

11 ANÁLISE DAS PROPOSTAS E FASE DOS LANCES

11.1 A Comissão de Licitação procederá à análise preliminar das propostas encaminhadas, desclassificando aquelas que não estiverem em consonância com os requisitos previstos no Edital, cabendo ao Pregoeiro registrar e disponibilizar a decisão no sistema eletrônico para acompanhamento em tempo real pelos licitantes;

11.2 Da decisão que desclassificar as propostas de preços somente caberá **PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO** à Comissão de Licitação, a ser apresentado exclusivamente por meio do sistema eletrônico, acompanhado da justificativa de suas razões, no prazo máximo de 30 (trinta) minutos a contar do momento em que a decisão vier a ser disponibilizada no sistema eletrônico;

- 11.3 A Comissão de Licitação decidirá no mesmo prazo, salvo motivos que justifiquem a sua prorrogação, cabendo ao Pregoeiro registrar e disponibilizar a decisão no sistema eletrônico para acompanhamento em tempo real pelos licitantes;
- 11.4 Da decisão da Comissão de Licitação quanto ao pedido de reconsideração não caberá recurso;
- 11.5 Ultrapassada a fase de análise das propostas e após a solução dos pedidos de reconsideração eventualmente interpostos, terá início a etapa de lances, conforme data e horário previstos neste Edital para tal sessão pública;
- 11.6 A cada lance oferecido, o licitante será imediatamente informado de seu recebimento e do valor consignado no registro;
- 11.7 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes;
- 11.8 O licitante poderá oferecer novo lance, desde que inferior ao último por ele ofertado e registrado no sistema, não sendo aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro;
- 11.9 Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, **VEDADA A IDENTIFICAÇÃO DO LICITANTE**;
- 11.10 A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do Pregoeiro e comunicada aos licitantes através de aviso do sistema eletrônico;
- 11.11 O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances;
- 11.12 Imediatamente após o encerramento dos lances, o sistema eletrônico definirá a classificação dos preços, indicando o(s) menor(es) lance(s).

12 DA FASE DE NEGOCIAÇÃO

12.1 Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, os lances serão ordenados em ordem crescente de preço e o Pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observando o critério de julgamento, **não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste Edital**;

12.2 A negociação acima mencionada será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

13 APRESENTAÇÃO FINAL DA PROPOSTA E COMPROVAÇÃO DA HABILITAÇÃO

13.1 Finda a etapa de negociação, eventualmente ocorrida após o encerramento dos lances, o Pregoeiro determinará ao autor do **menor lance classificado** que encaminhe, **em até 04h00 (quatro) horas após o término da sessão do Pregão Eletrônico**, os documentos necessários à comprovação de sua habilitação, juntamente com a proposta comercial, conforme modelo do Anexo

II deste Edital, devidamente ajustada, através do **link Anexo** no próprio Portal de Compras;

13.2 Os autor(es) do menor lance, após cumprir(em) o prazo do **subitem 13.1**, deverá entregar ao Pregoeiro, em **até 05(cinco) dias úteis após o encerramento da sessão pública do Pregão Eletrônico, os documentos de Habilitação e a proposta comercial (em conformidade com o Anexo II deste Edital)**, devidamente ajustada e assinada pelo representante legal da empresa licitante, em vias originais ou cópias autenticadas em cartório, ou cópia simples a ser verificada pelo Pregoeiro e ratificada pela Comissão de Licitação mediante a apresentação do(s) original(is), através dos Correios ou pessoalmente, através de preposto, devendo ser entregue no horário das 10h às 11h30min e das 13h30min às 16h30min, de segunda à sexta-feira no 6º andar, da Unidade SESC Sede Administrativa – Avenida Tancredo Neves, nº 1109, Caminho das Árvores. Salvador/BA. CEP 41820-021, nos dias em que houver expediente, **sob pena de inabilitação e/ou desclassificação**;

13.2.1 Caso o licitante atenda o subitem **13.1** com todos os documentos assinados eletronicamente e/ou com autenticação digital, o subitem 13.2 torna-se facultativo;

13.2.2 A empresa licitante deverá apresentar junto com a proposta comercial, **Catálogos: Características Técnicas / Informações de Operações / Manual de utilização / Garantia / Manutenção e de Peças de reposição e serviços, com fotografia/imagem ilustrativa contendo todas as especificações técnicas do(s) veículo(s) ofertado(s), bem como a indicação clara e precisa do(s) respectivo(s) item(ns), no que couber, seguindo, conforme relacionado no Anexo I e no item 14 do Edital**;

13.2.3 Os Licitantes devem indicar na proposta comercial, a marca, modelo e fabricante dos produtos ofertados;

13.3 A garantia do(s) veículo(s) é condição de aceitação e classificação das propostas comerciais neste Edital, devendo ser indicada na proposta em número de meses contados a partir da data de entrega, sendo o prazo mínimo conforme descrito no escopo técnico;

13.4 A garantia abrange a manutenção preventiva e corretiva (compreendendo, nesse caso, a substituição de peças, ajustes, reparos e correções necessárias) do veículo por intermédio das licitantes ou de suas credenciadas, se for o caso, de acordo com as normas técnicas específicas, a fim de manter os mesmos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus adicional para o SESC/BA;

13.5 No caso de vício oculto, a contagem do prazo de garantia só poderá iniciar-se a partir da ciência efetiva do vício pelo SESC/BA;

13.6 Nas condições de garantia a serem apresentadas pelos licitantes, não serão aceitas imposições de caráter pecuniário para cumprimento da mesma, como, por exemplo, a obrigação de o SESC Bahia arcar com ônus de reparação através de terceiros indicados pelo fornecedor.

13.7 Após o encerramento da etapa de lances e da eventual negociação na sessão pública, se a proposta comercial devidamente ajustada não for aceitável ou se

o licitante não atender às exigências habilitatórias (**Item 8 e subitens 13.1 e 13.2**), caberá à Comissão de Licitação autorizar o Pregoeiro a convocar o autor da proposta eletrônica subsequente, conforme a ordem crescente de preço, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de proposta comercial e documentos de habilitação que atendam ao Edital;

- 13.8** Adequada a proposta comercial e atendidas as exigências habilitatórias, o licitante será declarado vencedor pela Comissão de Licitação, cabendo ao Pregoeiro consignar esta decisão e os eventos ocorridos em ata própria, que será disponibilizada pelo sistema eletrônico.

14 DA APRESENTAÇÃO DE CATÁLOGOS DOS VEÍCULOS

- 14.1** O licitante que houver ofertado a proposta de menor preço deverá enviar junto com a proposta comercial, **CATÁLOGO(S)** contendo todas as especificações técnicas do(s) veículo(s) ofertado(s), bem como a indicação clara e precisa dos respectivos veículos(s), seguindo, preferencialmente, a ordem, conforme relacionados no Anexo I do Edital;

14.1.1 Ficam vedadas quaisquer transformações, montagem ou adaptações nas especificações originais dos catálogos ofertados;

14.1.2 Em caso de prospecto(s), catálogo(s) ou informativo(s) escritos em língua estrangeira, o(s) mesmo(s) deverá(o) apresentar simultaneamente à sua tradução juramentada na forma da lei, ou seja, devidamente legalizada;

14.1.3 No caso de catálogos com diversos modelos, o Proponente deverá identificar qual a marca/modelo que ofertará;

14.1.4 Os catálogos deverão ser escritos em língua portuguesa, com informações corretas, claras, precisas e ostensivas;

- 14.2** Caso não sejam apresentados os documentos solicitados no **subitem 14.1**, o **Pregoeiro** abrirá prazo de **02 (dois) dias úteis** para a devida apresentação, na forma de protocolo, no endereço constante do **subitem 14.2**, deste Edital;

- 14.3** **Todas as despesas com o envio do(s) catálogo(s) correrão exclusivamente por conta do Licitante;**

- 14.4** Findo o prazo concedido, conforme o subitem anterior, mas sem que haja a apresentação da documentação exigida, o licitante será automaticamente desclassificado no item que deixou de apresentar o catálogo;

- 14.5** Os catálogos apresentados passarão por análise técnica, pelo setor competente do SESC/BA, que emitirá parecer técnico, antes de ser declarado(s) o(s) vencedor (es);

14.5.1 Nas hipóteses em que o catálogo do veículo não comprovar totalmente o atendimento a todas as especificações, poderá o pregoeiro diligenciar o saneamento. Caso o catálogo enviado seja reprovado, a proposta do licitante será **desclassificada** por considerar-se em desacordo com a especificação do objeto e a eficiência que dele se espera, devendo a Comissão de Licitação e o Pregoeiro solicitar o encaminhamento da proposta e do catálogo do licitante que tenha apresentado a proposta de classificação imediatamente posterior e que esteja devidamente

habilitado, sujeitando-a às mesmas condições preestabelecidas ao primeiro colocado, e assim sucessivamente, até que um catálogo correlato a proposta classificada seja aprovada.

- 14.5.2** Os catálogos ficarão em posse do SESC/BA para fins administrativos e apensados ao processo, não ocorrendo, em nenhuma hipótese, na devolução do mesmo.

15 ESCLARECIMENTOS, IMPUGNAÇÕES E RECURSOS

- 15.1** Qualquer interessado poderá enviar ao Pregoeiro e/ou à Comissão Permanente de Licitação o pedido de esclarecimentos referente a este processo licitatório ou impugnar este Edital, exclusivamente por meio eletrônico, através do Portal de Compras: **<http://compras.sescbahia.com.br>, em até 02 (dois) dias úteis anteriores à data fixada para abertura das propostas cadastradas no sistema eletrônico (antes da fase competitiva);**
- 15.1.1** As impugnações ao Edital e seus anexos apresentadas fora do prazo aqui previsto **não serão apreciadas;**
- 15.1.2** Na ausência de solicitação de esclarecimentos ou impugnação no prazo acima mencionado, presumir-se-á que os elementos fornecidos neste Edital são suficientemente claros e precisos para permitir a apresentação de propostas, não cabendo ao licitante direito a qualquer reclamação posterior neste sentido ou em qualquer outro, no que tange ao conteúdo deste Edital;
- 15.2** A Impugnação deverá ser dirigida à Comissão de Licitação e/ou ao Pregoeiro e conter a exposição de motivos para o requerimento;
- 15.2.1** A Comissão de Licitação e/ou o Pregoeiro decidirá(ão) sobre a(s) impugnação(ões) no prazo de 24 horas e, sendo acolhida(s), será definida e publicada a nova data para realização da sessão pública;
- 15.3** Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante a sessão pública, de forma imediata e motivada, **exclusivamente** no campo **“recurso”** do sistema eletrônico do Pregão, manifestar sua intenção de recorrer, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, no prazo de 24 horas, a contar da data de divulgação da decisão no sistema eletrônico;
- 15.3.1** A falta de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, nos termos do **subitem 16.3**, importará em decadência desse direito, ficando o Pregoeiro autorizado a encaminhar o processo para a Autoridade Competente do SESC/BA propondo a adjudicação do objeto ao licitante vencedor e a homologação do certame;
- 15.3.2** Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso;
- 15.4** Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de 02 (dois) dias úteis para apresentar as razões, **somente via sistema eletrônico do Portal de Compras do SESC BA;**

15.4.1 Juntamente com o recurso, o licitante deverá apresentar, em caráter alternativo, **uma das opções abaixo**:

15.4.1.1 **Procuração, na forma pública ou particular (sendo esta última, com reconhecimento de firma do representante legal que a subscreve)**, devendo, em qualquer das hipóteses, ser específica e conter expressamente a outorga de poderes para recorrer em seu nome nas licitações, e ainda, a cópia do ato ou documento onde conste, expressamente, a legitimidade do subscritor para a outorga dos poderes dela constantes, **além de cópia do RG do subscritor e do outorgado**;

15.4.1.2 Ato constitutivo e/ou requerimento de empresário onde conste o carimbo/selo legível do respectivo registro na Junta Comercial do Estado onde está sediada a empresa (com a numeração), quando subscrito pelo próprio empresário individual ou EIRELI;

15.4.1.3 Contrato social em vigor (com as respectivas alterações ou última consolidação), com o carimbo/selo legível do respectivo registro e/ou averbação na Junta Comercial do Estado onde está sediada a empresa (com o respectivo número), quando subscrito pelo próprio sócio com poderes para representar a empresa sozinho ou sócio-gerente designado no contrato social;

15.4.1.4 Estatuto social em vigor (com as respectivas alterações ou última consolidação), com o carimbo/selo legível do respectivo registro e/ou averbação na Junta Comercial do Estado onde está sediada a empresa (com o respectivo número) e ata de eleição do subscritor com poderes para representação legal em contratos e licitações;

15.4.1.5 Ato constitutivo de sociedade civil, com carimbo legível do registro em Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas, acompanhado das alterações ou última consolidação averbada ao registro e, fazendo-se acompanhar, ainda, da prova do ato de investidura do subscritor com poderes para representação legal em contratos e licitações.

15.4.2 O licitante que puder vir a ter a sua situação efetivamente prejudicada em razão de recurso interposto poderá sobre ele se manifestar, apresentando suas contrarrazões na mesma forma do **subitem 16.4**, no prazo de **02 (dois) dias úteis**, a contar do término do prazo recursal;

15.4.3 Os recursos e contrarrazões de recurso deverão ser dirigidos ao Pregoeiro, que deverá recebê-los e encaminhá-los à Comissão de Licitação.

15.5 Os recursos terão efeito suspensivo, apenas quanto ao julgamento ou resultado a que se referirem, ficando os demais sujeitos a homologação e adjudicação parcial, conforme interesse e conveniência do SESC/BA;

- 15.6** Apresentadas ou não contrarrazões ao recurso por outro(s) licitante(s), após findar prazo do subitem 16.4.2, a Comissão de Licitação encaminhará o processo licitatório à Autoridade Competente do SESC/BA, a quem caberá julgar o recurso;
- 15.6.1** Caso a Comissão de Licitação deseje se manifestar espontaneamente, poderá reconsiderar a decisão recorrida e encaminhar à Autoridade Competente do SESC/BA para deliberação;
- 15.6.2** A Comissão de Licitação deverá remeter o processo licitatório para julgamento pela Autoridade Competente do SESC/BA o mais breve possível;
- 15.6.3** O poder julgador da Autoridade Competente do SESC/BA é passível de delegação através de ato administrativo prévio e formal.
- 15.7** Os recursos serão julgados no **prazo de até 10 (dez) dias úteis**, contados da data de encerramento do prazo para que outros Licitantes se pronunciem a respeito do recurso protocolado (**subitem 16.4.2**), conforme art. 23 do Regulamento de Licitações e Contratos do SESC;
- 15.8** O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento;
- 15.9** A não interposição de recurso, no prazo previsto no **subitem 16.4** importará em preclusão desse direito, ficando o Pregoeiro autorizado a encaminhar o processo à Autoridade Competente do SESC/BA, para adjudicação e homologação;
- 15.10** Na hipótese em que o decurso dos prazos atinentes ao recurso interposto e suas fases até o julgamento venham a prejudicar a utilidade e eficácia deste certame, fica desde já ciente o licitante de que o referido objeto estará sujeito a cancelamento/revogação a ser declarado pela Autoridade Competente do SESC/BA, mediante apreciação da conveniência e oportunidade, sem que haja qualquer responsabilidade do SESC/BA por fato (danoso ou não) decorrente de tal ato e não cabendo quaisquer indenizações, pois se caracteriza fato superveniente alheio à vontade das partes e amparado pela observância à legalidade;
- 15.11** **Da decisão que julgar o recurso não caberá novo recurso;**
- 15.12** Não caberá recurso em face da decisão que declarar cancelado (revogado/anulado) este certame mediante apreciação da conveniência e oportunidade para o SESC/BA, desde que tenha havido oportunidade para contraditório e ampla defesa.

16 DA FASE DE ADJUDICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO

- 16.1** Superadas as fases do julgamento das propostas comerciais e da Habilitação, incluído o julgamento de recurso(s) eventualmente interposto(s), constatada a regularidade do procedimento licitatório, poderá o seu resultado final ser encaminhado para homologação pela Autoridade Competente do SESC/BA, com estrita observância do Regulamento de Licitações e Contratos do SESC, alterado e consolidado pela Resolução SESC nº 1.252/2012, e Resolução SESC/BA nº 167/2019;

16.2A pendência de julgamento referente a um ou mais lotes/itens não impedirá a homologação e adjudicação dos demais;

16.2.1 O ato de homologar e adjudicar um ou mais lotes/itens denominar-se-á “**julgamento e adjudicação parcial do certame**”;

16.3 Na hipótese em que for fixado prazo aos licitantes por qualquer motivo autorizado por este Edital referente a algum(ns) lote(s)/item(ns), também poderá haver “julgamento e adjudicação parcial do certame” para os lote(s)/item(ns) exitoso(s).

19

17 DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

17.1 Após homologação do julgamento e adjudicação do objeto, a Seção de Contratos do SESC/BA, emitirá o contrato – através do próprio Sistema do Portal de Compras, com a finalidade de envio ao licitante adjudicado, para solicitar o efetivo cumprimento do objeto deste Edital;

17.2 A participação nesta licitação através de apresentação de proposta comercial implica em anuência, sem ressalvas, com o Edital e todos os seus anexos, devidamente publicados, razão pela qual o vencedor terá assumido a obrigação de assinar o Contrato cuja minuta corresponde ao **Anexo III**, parte integrante deste Edital, como se aqui estivesse literalmente transcrita;

17.3 Da minuta do Contrato constam as condições, procedimentos e obrigações aplicáveis à relação jurídica entre o SESC/BA e a CONTRATADA selecionada através deste certame, sendo complementada, no que couber, pelo Regulamento de Licitações e Contratos do SESC, pelo Código de Defesa do Consumidor, legislação vigente aplicável ao objeto, inclusive normas técnicas e administrativas e, subsidiariamente, pelo Código Civil;

17.4 O instrumento contratual é documento vinculativo e se reputará recebido pela CONTRATADA mediante assinatura do CONTRATANTE e/ou resposta da CONTRATADA;

17.5 O Licitante Adjudicatário terá o **prazo de 05(cinco) dias úteis** para assinar o Contrato após ser regularmente convocado, sob pena de perda do direito à contratação e aplicação de penalidades;

17.5.1 O prazo para assinatura poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela parte, mediante apresentação de justo motivo aceito pelo SESC/BA;

17.5.2 A inobservância injustificada do prazo aqui assinalado pelo Adjudicatário, o adiamento consecutivo ou recusa injustificada em assinar o Contrato, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e renúncia ao direito de contratar, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas, mormente aquelas estipuladas neste Edital e no art. 31 do Regulamento de Licitações e Contratos do SESC, alterado e consolidado pela Resolução SESC nº 1.252/2012, sem prejuízo de ação para ressarcimento de perdas e danos ou qualquer outra cabível ao caso concreto em decorrência da legislação aplicável;

17.6 Caso o Adjudicatário incorra na falta prevista no **subitem 18.5.2**, caracterizando a perda ou renúncia ao direito de contratar, o SESC BA poderá convocar Licitantes remanescentes, seguindo a ordem de classificação das Propostas para ofertar a adjudicação do Contrato nas mesmas condições, prazo e valores da proposta vencedora, ou poderá, alternativamente, mediante apreciação discricionária, revogar esta Licitação, sem prejuízo das cominações impostas ao Adjudicatário desistente;

17.6.1 O Contrato será assinado pelo Representante Legal do Adjudicatário mediante apresentação de **documento de identidade oficial, com RG e CPF**, em original e 01(uma) cópia que será arquivada no SESC/BA juntamente com o Instrumento Contratual firmado pelas partes e testemunhas;

17.7 Os prazos para cumprimento das obrigações constantes do objeto desta licitação se iniciarão a contar da assinatura do referido contrato pelo licitante adjudicado;

17.7.1 Na hipótese de mudança do fornecedor aqui mencionada, não será necessária nova adjudicação, pois a Autoridade Competente já terá adjudicado os termos em que se realizará o fornecimento do(s) objeto(s) e a alteração não implicará em alteração do preço;

17.8 Fica prevista a possibilidade de impedimento da emissão do contrato ou seu cancelamento através de ato unilateral do SESC Bahia, nas seguintes hipóteses:

- a) O desatendimento do prazo ou apresentação de itens com características distintas daquelas que constam no Anexo I deste Edital (desconformidade com o objeto licitado);
- b) A constatação superveniente de impossibilidade ou inviabilidade do cumprimento do objeto;
- c) O atraso injustificado na execução do objeto, de modo que o cancelamento implicará em menor prejuízo que a espera ou porque o atraso desnaturou o interesse do SESC/BA;
- d) A paralisação da execução do objeto, sem justa causa e prévia comunicação ao SESC Bahia;
- e) A subcontratação total ou parcial do objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, não admitidas neste Edital;
- f) O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto licitado;
- g) O cometimento reiterado de faltas na execução, devidamente registradas;
- h) A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil do licitante adjudicado;
- i) A dissolução da sociedade ou o falecimento do licitante adjudicado, quando se tratar de empresário individual;

- j) A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do objeto;
- k) Razões de interesse do SESC Bahia;
- l) A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, impeditiva da execução do objeto licitado;

17.9 Nas alíneas do item anterior, quando a causa do cancelamento do CONTRATO emitido ou empecilho à sua emissão decorrer de conduta do licitante adjudicado contrariando aquilo a que se obrigou ao participar deste certame, será apurado o cabimento de aplicação de penalidade por inadimplemento, adimplemento defeituoso, atraso ou a que melhor se aplicar;

17.9.1 Nos casos em que o cancelamento ocorrer após início da execução, será apurado o valor devido ao licitante adjudicado;

17.9.2 Quando se verificar o cabimento da aplicação de penalidade ao licitante adjudicado, o mesmo será devidamente notificado para exercício do direito ao contraditório e ampla defesa.

18 DO PRAZO E LOCAIS DE ENTREGA DO OBJETO LICITADO

18.1 Os fornecimentos dos veículos licitados deverão ocorrer em total conformidade com o que consta do descritivo do objeto deste certame (Anexos I e II) e com o estipulado no Instrumento Contratual (Anexo III);

18.2 O prazo de entrega dos) veículos(s) desta licitação encontra-se definidos no **Anexo I (Termo de Referência)**, contados a partir da assinatura do contrato ou em prazo superior quando informado pelo SESC;

19 DO PAGAMENTO PELO FORNECIMENTO DO(S) OBJETO(S) LICITADO

19.1 As condições e procedimentos para o pagamento pelo fornecimento do(s) objeto(s) desta Licitação constam **da minuta do Instrumento Contratual (ANEXO III) deste Edital e Termo de Referência (Anexo I)**, que deve ser considerada como se aqui estivesse literalmente transcrita, vinculando os licitantes e o SESC/BA;

19.2 Ao ingressar como concorrente nesta licitação, através da apresentação da Proposta Comercial, bem como no ato da assinatura do Contrato, o Licitante Adjudicado(s) se declara(m) ciente de que sobre o valor(es) da(s) Proposta(s) vencedora(s) será(ão) realizada(s) retenção dos tributos municipais, estaduais e federais e/ou encargos sociais, para os quais a legislação vigente determine retenção pelo tomador;

19.3 A Nota Fiscal será emitida e encaminhada pela Contratada junto com os demais documentos exigidos neste Instrumento Convocatório e Contrato, por meio de ofício protocolado no SESC/BA.

20 OBRIGAÇÕES DAS PARTES

20.1 Sem prejuízo das demais obrigações inerentes à perfeita execução do objeto licitado e daquelas constantes deste Edital e seus Anexos, constituem-se obrigações das partes, todas aquelas constantes da **Minuta Contratual correspondente ao Anexo III deste Edital e Termo de Referência, que**

aqui se reputa literalmente transcrita e deverão ser observadas a partir do início da vigência contratual;

- 20.2** O(s) Licitante(s) Adjudicado(s) deverá(ão) assinar o(s) Instrumento(s) Contratual(is), dentro do prazo fixado neste Instrumento Convocatório;
- 20.3** O SESC/BA não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência ou cessão de responsabilidade ou obrigações do Licitante Adjudicado para outra(s) pessoa(s) física(s) ou jurídica(s), ainda que sejam seus representantes, franqueados ou mantenham com o mesmo qualquer outro tipo de vínculo.

22

21 DAS PENALIDADES APLICÁVEIS

- 21.1** Na hipótese de recusa injustificada, tácita ou expressa, do Adjudicatário em assinar o Contrato ou de solicitação reincidente de adiamento do prazo que lhe for designado pelo SESC/BA restará caracterizado descumprimento de obrigação assumida no curso do certame, sendo-lhe aplicáveis, isolada ou cumulativamente, as seguintes penalidades:
- 21.1.1** Perda do direito à contratação;
- 21.1.2** Multa de **20% (vinte por cento)**, calculada sobre o valor total do(s) item(ns) da Proposta apresentada;
- 21.1.3** Suspensão do direito de licitar ou contratar com o SESC/BA por até **02 (dois) anos**.
- 21.2** As penalidades aplicáveis antes da assinatura do Contrato licitado constam deste Edital, enquanto as penalidades posteriores, já atinentes à fase de execução contratual, constam na **Minuta Contratual (Anexo III) e nas Especificações Técnicas do Objeto/ Termo de Referência, correspondente ao Anexo I deste Edital**, que aqui se consideram literalmente transcritos para todos os efeitos;
- 21.3** Qualquer que seja o caso, a aplicação de penalidade será fundamentada em decisão da Autoridade Competente e deverá ser precedida de oportunidade para exercício do Contraditório e Ampla Defesa;
- 21.4** Nos termos do artigo 389, do Código Civil, sem prejuízo das demais penalidades previstas neste Instrumento Convocatório e/ou no Regulamento de Licitações e Contratos do SESC, alterado e consolidado pela **Resolução SESC nº 1.252/2012**, do Conselho Nacional, é facultado ao SESC BA ajuizar demanda para ressarcimento de perdas e danos e/ou lucros cessantes provocados por conduta de qualquer dos licitantes, inclusive vencedor e contratado.

22 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS ATINENTES A ESTA LICITAÇÃO

- 22.1** O resultado da licitação e todos os procedimentos e decisões inerentes a este processo licitatório serão divulgados no Portal de Compras do SESC Bahia, no endereço: <http://compras.sescbahia.com.br> e no site institucional do SESC Bahia www.sescbahia.com.br, link “Licitações”, “Licitações em aberto”, identificado como **Protocolo nº 21/01.00179-PE, sob o Título – “AQUISIÇÃO DE 02 (DOIS) CAMINHÕES BAÚ FRIGORÍFICO**, todavia, fica facultado ao Pregoeiro e/ou à Comissão de Licitação, a seu critério, enviá-los por e-mail aos

licitantes, no intuito, apenas, de ampliar a publicidade do ato, sendo de responsabilidade exclusiva do interessado o seu acompanhamento;

22.2 Para resguardar a competitividade nesta licitação, o Pregoeiro e/ou a Comissão de Licitação poderá(ão), a seu critério, relevar ou diligenciar omissões puramente formais em documentos e propostas apresentadas pelos licitantes, desde que a conduta escolhida não comprometa a lisura do certame, sendo vedada a inclusão de documentos previstos como indispensáveis neste Edital;

23

22.3 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, será excluído o dia do início e incluído o dia final, exceto quando for explicitamente disposto o contrário;

22.4 Só se iniciam e vencem os prazos referidos neste Edital em dia de funcionamento da sede do SESC/BA;

22.5 Informações meramente verbais **não** terão nenhuma validade legal neste processo licitatório;

22.6 Os licitantes deverão atender às quantidades, às características e aos prazos descritos no **Anexo I**;

22.7 Os dispositivos que regulamentam este processo licitatório serão sempre interpretados em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não violem direitos e interesses do SESC/BA, bem como a finalidade e a segurança da contratação e os princípios previstos no Regulamento de Licitações e Contratos do SESC;

22.8 Os casos omissos e as dúvidas suscitadas no curso deste processo licitatório serão dirimidos pelo Pregoeiro e/ou Comissão de Licitação, que decidirá(ão) com base no Regulamento de Licitações e Contratos do SESC, alterado e consolidado pela Resolução SESC nº 1.252 e, quando não for o bastante, buscará(ão) respaldo na legislação em vigor;

22.9 A contratação poderá ser aditada, naquilo que for possível e na hipótese de NECESSIDADE de acréscimo ou redução, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial homologado, devendo, para isso, considerar-se o valor por item constante do **Anexo I** deste Edital;

22.9.1 Não é possível a inclusão de itens não previstos neste Edital e seus anexos;

22.10 O SESC/BA reserva-se o direito de rejeitar propostas que não atendam ao objeto desta licitação, bem como **adiar, suspender, cancelar (revogar ou anular)** o presente Pregão Eletrônico, a qualquer momento, no todo ou parcialmente;

22.10.1 De igual modo, o SESC/BA poderá **cancelar** qualquer dos objetos, ainda que após o julgamento, desde que antes da emissão do contrato, garantindo aos licitantes o direito ao exercício do contraditório e a ampla defesa, conforme art. 40 do Regulamento de Licitações e Contratos do SESC;

- 22.11 O PROPONENTE é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da Licitação;
- 22.12 A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do PROPONENTE que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido vencedor, a rescisão do Contrato em prejuízo das demais sanções cabíveis;
- 22.13 É facultado ao PREGOEIRO e/ou Comissão de Licitação, à Presidência do Conselho Regional do SESC/Bahia ou a quem este delegar poderes para tal, em qualquer fase da Licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, bem como solicitar informações, esclarecimentos, documentos ou explicações para sanar dúvidas ou contradições, fixando prazos para atendimento;
- 22.14 Na ausência de um dos membros titulares da Comissão, designada através da **Portaria n.º 4394/2021**, responsável pela análise, julgamento e conclusão deste processo, a substituição dar-se-á por seus respectivos suplentes, se houver, sendo tal substituição circunstanciada na(s) ata(s) do processo;
- 22.15 A qualquer tempo, antes da data fixada para apresentação das propostas, poderá a Comissão de Licitação, se necessário, modificar este Instrumento; contudo, nesta hipótese, deverá proceder a nova divulgação, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, **inquestionavelmente**, a alteração não afetar a formulação das propostas;
- 22.16 Se o SESC/BA tiver conhecimento de qualquer informação, fato ou circunstância, anterior ou posterior ao julgamento da licitação, que desabone a idoneidade do licitante ou invalide qualquer dos requisitos legais/jurídicos, administrativos ou técnicos para execução do objeto, o mesmo poderá ser inabilitado ou desclassificado sem direito a indenização ou qualquer ressarcimento e sem prejuízo de outras sanções cabíveis;
- 22.17 O SESC/BA não se responsabilizará por danos ou extravios de quaisquer documentos enviados, bem como pela não chegada dos mesmos nos prazos estabelecidos no Edital, cabendo total responsabilidade sobre a integridade da documentação ao licitante que promover tal ato;
- 22.18 Para qualquer ação judicial decorrente deste processo licitatório ou do objeto nele licitado (Contrato), **prevalecerá o Foro da Comarca de Salvador, Estado da Bahia**, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Salvador, 20 de maio de 2022.

Taiane Sacramento Da Silva
Pregoeira

José Hamilton Siqueira Brito
Autoridade Competente

Maria Aparecida da Silva
Comissão Permanente de Licitação

ANEXO I

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 179/2021

1. OBJETO: AQUISIÇÃO DE 02 (DOIS) CAMINHÕES BAÚ FRIGORÍFICO, SEM NENHUM USO ANTERIOR, EM TOTAL E ADEQUADO FUNCIONAMENTO CONJUNTAMENTE DE TODAS AS PEÇAS NOVAS, SISTEMAS, CARACTERÍSTICAS, FUNÇÕES DE TODA NATUREZA QUE OS COMPÕEM, ALÉM DA OBEDIÊNCIA ÀS NORMATIZAÇÕES TÉCNICAS VIGENTES, PARA ATENDER AS UNIDADES MESA BRASIL SALVADOR E FEIRA DE SANTANA, NOS TERMOS CONSTANTES DO EDITAL E CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES DESCRITAS NESTE ANEXO I.

DESCRIPTIVO DO OBJETO

ITEM	QTD	UF	DESCRIÇÃO
01	02	UND	<p>OC 0180-09 / OC 0186-09</p> <p>VEÍCULO URBANO DE CARGA (V.U.C.) TIPO CAMINHÃO BAÚ REFRIGERADO (SISTEMA DE REFRIGERAÇÃO DO BAÚ DE 10° C A -5°C SEPARADO DA CABINE), DO ANO EM CURSO, PINTURA NA COR BRANCA, POTÊNCIA MÍNIMA DE 150 CV (CAVALOS) E MÁXIMA DE 190 CV (CAVALOS). CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.</p> <p>VEÍCULO URBANO DE CARGA (V.U.C.) TIPO CAMINHÃO BAÚ REFRIGERADO (SISTEMA DE REFRIGERAÇÃO DO BAÚ DE 10° C A -5°C SEPARADO DA CABINE), DO ANO EM CURSO, PINTURA NA COR BRANCA, POTÊNCIA MÍNIMA DE 150 CV (CAVALOS) E MÁXIMA DE 190 CV (CAVALOS); COMPRIMENTO TOTAL DE NO MÍNIMO 6,00M E NO MÁXIMO 6,50 M., LARGURA MÍNIMA DE 2,00M E MÁXIMA DE 2,20M; CAPACIDADE MÁXIMA DE CARGA+CARROCERIA LEGAL MÍNIMO DE 5.000 KG E MÁXIMO DE 6.000 KG; PESO BRUTO TOTAL HOMOLOGADO MÍNIMO 8.000KG E MÁXIMO 9.000 KG. MARCAS/MODELO: IVECO TECTOR 9-192 (4X2); MERCEDEZ-BENZ ACCELO 815 (4X2); VOLKSWAGEN DELIVERY 9.170 OU SIMILAR. CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.</p>

1.1 ENDEREÇOS DAS UNIDADES PARA ENTREGA DO OBJETO

UNIDADE DO SESC	ENDEREÇO	TELEFONE
MESA BRASIL	AVENIDA JEQUITAIA, Nº 123, BAIRRO - ÁGUA DE MENINOS, CEP: 40411-120, SALVADOR -BA	(71) 3207-4471 (71) 3207-4470
MESA BRASIL FEIRA DE SANTANA	RUA GUARATATUBA Nº 345 – BAIRRO - TOMBA - CEP: 44.090-168 - FEIRA DE SANTANA-BA	(75) 3622-1550/ 3622-2888

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO:

1.1. Aquisição de 02 (dois) veículos automotores tipo caminhão refrigerado, para transporte de carga.

1.2. DESCRITIVO: VEÍCULO URBANO DE CARGA (V.U.C.) TIPO CAMINHÃO BAÚ REFRIGERADO (SISTEMA DE REFRIGERAÇÃO DO BAÚ DE 10° C A -5°C SEPARADO

DA CABINE), DO ANO EM CURSO, PINTURA NA COR BRANCA, POTÊNCIA MÍNIMA DE 150 CV (CAVALOS) E MÁXIMA DE 190 CV (CAVALOS); COMPRIMENTO TOTAL DE NO MÍNIMO 6,00M E NO MÁXIMO 6,50 M., LARGURA MÍNIMA DE 2,00M E MÁXIMA DE 2,20M; CAPACIDADE MÁXIMA DE CARGA+CARROCERIA LEGAL MÍNIMO DE 5.000 KG E MÁXIMO DE 6.000 KG; PESO BRUTO TOTAL HOMOLOGADO MÍNIMO 8.000KG E MÁXIMO 9.000 KG. MARCAS/MODELO: IVECO TECTOR 9-192 (4X2); MERCEDEZ-BENZ ACCELO 815 (4X2); VOLKSWAGEN DELIVERY 9.170 OU SIMILAR. CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.

2. JUSTIFICATIVA:

Para ampliação do Programa Mesa Brasil nas Unidades Sesc Salvador e Feira de Santana, se faz necessária a aquisição de 02 (dois) caminhões baú refrigerados. Os caminhões serão utilizados para transporte das doações recebidas pelo Sesc na Bahia e distribuição para as instituições parceiras do programa.

3.ESPECIFICAÇÃO DO VEÍCULO:

3.1 Caminhão cabine com capacidade útil de carga entre 5,0t e 6,0t, Veículo:

- a)Caminhão com capacidade útil de carga entre 5,0t e 6,0t para transporte, ano de fabricação/modelo do ano em curso;
 - b)Peso Bruto Total (PBT) homologado: mínimo de 8.000 kg e máximo 9.000 kg;
 - c)Cor branca;
 - d)Direção hidráulica de fábrica;
 - e)Número mínimo 4 (quatro) e máximo 6 (seis) cilindros em linha;
 - f)Motor dotado de gerenciamento eletrônico de injeção, posicionado na parte dianteira do chassi;
 - g)Potência mínima de 150 CV (cavalos) e máxima de 190 CV (cavalos);
 - h)Combustível do tipo Diesel, com opção S10;
 - i)Turbo alimentado com intercooler;
 - j)Transmissão manual ou automática com mínimo 5 (cinco) marchas a frente e 1 (uma) à ré;
 - l)Ar-condicionado de fábrica para climatização da cabine;
 - m)Largura mínima de 2,00 metros e máximo de 2,20 metros;
 - n)Comprimento total mínimo de 6,00 metros e máximo de 6,50 metros;
 - o)Tração traseira com eixo único e rodagem dupla;
 - p)Pneus com a configuração radial e sem câmara;
 - q)Cabine simples / Standard;
 - r)Retrovisores externos de ambos os lados;
 - s)Sistema de som equipado com rádio FM, alto-falante, antena e predisposição para som e com entrada USB;
 - t)Tacógrafo Digital ou Eletrônico;
 - u)Cintos de segurança de 03 pontos dianteiro do lado do motorista e do passageiro;
 - v)Equipado com os demais equipamentos e acessórios de segurança exigidos por lei;
- ### 3.2 O implemento deverá ser frigorífico, tipo baú e obedecer às seguintes especificações:
- a)Largura mínima do Baú de 2,00m e máxima de 2,20m. OBS.: Deve se adequar a largura do caminhão;
 - b)Comprimento mínimo do Baú 4,50m e máximo de 4,80m. OBS.: Deve se adequar ao comprimento do caminhão;
 - c)O piso do baú isotérmico deverá ser com longarinas e travessas com perfil "C", em aço carbono (no mínimo SAE 1020) ou com perfis equivalentes desde que garantidas as

condições estruturais quanto à resistência, desgaste e capacidade de atender as condições de carga e uso do conjunto caminhão/baú. A espessura das longarinas, travessas e de qualquer elemento estrutural do piso deverá ser adequada aos esforços submetidos ao baú, quando carregado e em situação de rodagem. Toda estrutura da base do piso deverá ser pintada através do processo de pintura eletrostática a pó, na cor preta, antes do processo de laminação e aplicação do isolamento térmico para permitir a adequada proteção contra corrosão;

d) Todo acabamento do perfil externo do baú isotérmico deverá ser em alumínio estrutural (liga 6005A) ou em aço inox (AISI 304).

e) Revestimento externo em laminado de poliéster entre 3mm e 4mm de espessura reforçado com manta de fibra de vidro e acabamento em gel coat branco, brilhante com proteção U. V.;

f) Isolamento térmico em poliuretano injetado com densidade entre 43kg/m³ e 48kg/m³ e espessura de no mínimo 70mm e máximo 80mm; em toda a extensão do baú;

g) Revestimento interno em laminado de poliéster entre 2mm e 4mm de espessura reforçado com manta de fibra de vidro e acabamento em gel coat branco, brilhante com proteção U. V. e reforço junto a base;

h) Estrutura das colunas frontais em aço inox, entre 1,6mm e 2,0mm de espessura;

i) Quadro traseiro em aço Inox 304, entre 1,6mm e 2,0mm de espessura com reforços arredondados nos vértices;

j) 02 (duas) portas traseiras com abertura total, com sistema de trincos de alta pressão, dobradiças e fechaduras em aço Inox, vértices arredondados e borracha especial com tripla vedação hermética;

k) Quadro da porta lateral em aço Inox, entre 1,6mm e 2,0mm de espessura com reforços arredondados nos vértices;

l) 1 (uma) porta lateral, com sistema de trinco embutido de alta pressão, dobradiças e fechaduras em aço Inox, borracha especial com tripla vedação hermética e degrau de acesso;

m) Acabamento das arestas em perfis de PVC de alta resistência ao frio com vedação especial por filete de borracha;

n) Piso em alumínio ASTM 6063, calcetado perfil "T", com ranhuras antiderrapante e estanque a água, isolado termicamente em poliuretano injetado e proteção inferior em laminado de poliéster entre 2mm e 3mm de espessura reforçado com fibra de vidro; e rodapé em alumínio entre 3mm e 5mm de espessura com 15 centímetros de altura; o) Colocação de 12 ganchos de fixação interna dentro do baú para amarração de carga com corda. Fixação em formato de X, obedecendo ao espaçamento de 2 metros de comprimento e altura do piso de 1 metro;

p) Proteções internas na frontal e laterais em perfis de alumínio com 250mm de altura nos rodapés e a 1 metro de altura;

q) Calha para líquidos na traseira e frente com drenos nos 4 cantos da carroceria com registros em PVC;

r) Estrutura na frontal para instalação de equipamento de refrigeração;

s) Iluminação elétrica interna em plafons embutidos no teto, interruptor de liga e desliga;

t) Sinalização luminosa externa de Led conforme as normas do CONTRAN; com mangueira de revestimentos para proteção dos fios;

u) Para-choques traseiro articulado, conforme as normas estabelecidas pela Resolução 152/03 do CONTRAN ou mais recente em vigor;

v) Adesivos refletivos aprovados pelo DENATRAN nas laterais, traseira e para-choque traseiro conforme Resolução 128/01 do CONTRAN ou mais recente em vigor;

w) Para-lamas duplos em aço com lameiros;

- x) Adaptação total do implemento ao veículo com fixação através de grampos com porcas duplas;
 - y) Dispositivos de proteção Lateral entre eixos conforme Resolução 323/09 do CONTRAN ou mais recente em vigor;
 - z) Instalação de sirene de ré;
 - aa) Equipamento de refrigeração com compressor acoplado ao motor do veículo com sistema independente de climatização (cabine caminhão/câmara fria) e compressor estacionário semi-hermético acionado eletricamente com tomadas Steck 220V ou similar OU 380V TRIFÁSICO para funcionamento independente, acoplada na parte da frente do baú no lado esquerdo, gás refrigerante M049 ou R404a ou outro fluido alternativo desde que atenda às legislações brasileiras que tratam do assunto, mangueiras com revestimento interno em teflon, controlador de temperatura digital na cabine, degelo automático, desenho compacto moderno e alta eficiência. Temperatura de funcionamento mínima de -5°C e máxima de 10°C, considerando o uso em capacidade máxima de carga;
 - bb) O fornecedor contratado deverá providenciar a instalação da carroceria/baú tomando todos os cuidados pertinentes e observando todos os normativos legais e técnicos vigentes aplicáveis, especialmente os editados pelo CONTRAN e DENATRAN;
 - cc) A carroceria frigorífica fechada, tipo baú refrigerado, para colocação no caminhão, deverá atender todas as normas estabelecidas pelo Código Brasileiro de Trânsito, CONTRAN e DENATRAN, permitindo a obtenção, adequação e /ou regularização de todos os documentos do veículo, sendo esta uma obrigação da Contratada;
 - dd) **A homologação do veículo pelo Inmetro, emplacamento pelo DETRAN, certificação do tacógrafo e demais obrigações demandadas para a liberações dos veículos ficará a cargo da Contratada e essa documentação deverá ser entregue junto com o veículo para o Sesc Bahia;**
 - ee) O baú refrigerado deverá atender todas as normas e legislações de trânsito brasileira.
- 3.4. Os veículos deverão ser entregues emplacados, com todos documentos regulares e quitados. Os dados para faturamento e emplacamento serão fornecidos no ato da assinatura do contrato.

3.5. Os veículos deverão ser entregues com o tanque cheio.

4. PRAZO DE ENTREGA E VIGÊNCIA:

4.1. Prazo de entrega: 4 meses.

4.2. Os prazos de entrega serão contados da data de assinatura do contrato.

4.3. Prazo de vigência do instrumento contratual: 6 meses, contados da assinatura do contrato.

5. ASSISTÊNCIA TÉCNICA E GARANTIA

5.1. Garantia mínima de 1 ano no motor e câmbio. Para as demais peças de reposição originais e outros componentes, a garantia será legal prevista no código de defesa do consumidor, acrescida da garantia complementar do fabricante do veículo, quando for o caso, com exceções dos itens de desgaste natural (pastilhas de freios, filtros, óleo do motor, etc). O prazo deverá contar da emissão da Nota fiscal, registrado no certificado a ser entregue juntamente com o veículo.

5.2. A contratada/fabricante deverá dispor de assistência técnica autorizada/credenciada no estado da Bahia. 5.3. Nenhuma das instalações dos implementos poderá prejudicar a garantia do fabricante do caminhão.

Anexo I- RELAÇÃO DAS PRINCIPAIS NORMAS DE REFERÊNCIA E DOCUMENTOS COMPLEMENTARES

- Regulamentações aplicáveis às Composições Veiculares de Carga, especificadas pelo Contran, Denatran.
- Código de Trânsito Brasileiro, instituído pela Lei N° 9.503 de 23 de setembro de 1997 e suas atualizações.
- Resoluções e Portarias da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA: Resolução RDC 275, de 21 de outubro de 2002 – Procedimentos operacionais padronizados aplicados aos Estabelecimentos produtores/industrializadores de alimentos e a Lista de verificação das Boas Práticas de Fabricação em Estabelecimentos Produtores/Industrializadores de alimentos;
- Portaria nº 326 de 30/07/1997 sobre Boas Práticas de Fabricação em Estabelecimentos Produtores/Industrializadores de Alimentos;
- Res. 78/98 - Trata das normas e requisitos de segurança para a fabricação, montagem e transformação de veículos;
- Normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT
- NBR 14701/01 – Transporte de produtos alimentícios refrigerados – procedimentos e critérios de temperatura.
- Decreto nº 23.975 de 04 de junho de 2013 (Salvador – BA) trata das normas para organizar, promover, controlar e fiscalizar o trânsito e o serviço de transporte de cargas dentro do seu território, nos termos da alínea “e”, do inciso IX, do art. 7º da Lei Orgânica do Município de Salvador;
- Art. 2º. Para fins deste Decreto considera-se:
 - II - Veículo Urbano de Carga - VUC: caminhões que atendam conjuntamente as seguintes características: largura máxima de 2,20m (dois metros e vinte centímetros); comprimento máximo de 6,50 m. (seis metros e cinquenta centímetros);
- Lei Municipal Ordinária nº3527/2015 de Feira de Santana- estabelece a circulação de veículos de serviços e as operações de carga e descarga no município de Feira de Santana.
 - Art.2º- para fins desta Lei considera-se:
Veículo urbano de carga: caminhões ou quaisquer outros veículos automotores que atendam conjuntamente as seguintes características: largura máxima de 2,20m, comprimento máximo 6,5m de para-choque, com até 15% de tolerância.

Salvador, 20 de maio de 2022.

Taiane Sacramento Da Silva
Pregoeira

José Hamilton Siqueira Brito
Autoridade Competente

Maria Aparecida da Silva
Comissão Permanente de Licitação

ANEXO II

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 179/2021

1. **OBJETO DA LICITAÇÃO:** AQUISIÇÃO DE 02 (DOIS) CAMINHÕES BAÚ FRIGORÍFICO, SEM NENHUM USO ANTERIOR, EM TOTAL E ADEQUADO FUNCIONAMENTO CONJUNTAMENTE DE TODAS AS PEÇAS NOVAS, SISTEMAS, CARACTERÍSTICAS, FUNÇÕES DE TODA NATUREZA QUE OS COMPÕEM, ALÉM DA OBEDIÊNCIA ÀS NORMATIZAÇÕES TÉCNICAS VIGENTES, PARA ATENDER AS UNIDADES MESA BRASIL SALVADOR E FEIRA DE SANTANA, NOS TERMOS CONSTANTES DO EDITAL E CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES DESCRITAS NO ANEXO I.

30

MODELO - PROPOSTA COMERCIAL

AO
 SESC – ADMINISTRAÇÃO REGIONAL NO ESTADO DA BAHIA
 COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
 SALVADOR – BAHIA
 REFERÊNCIA: ANEXO I - **EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 179/2021**

A Empresa _____, inscrita no CNPJ sob o n.º _____, após tomar ciência de todos os termos do edital do **Pregão Eletrônico nº 179/2021** e seus anexos, apresenta ao SESC BAHIA o abaixo referenciado:

ITEM	QTD	UF	DESCRIÇÃO	MARCA/ MODELO FABRICANTE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
XX	XX	XX	NESTE LOCAL É FACULTADO O USO DA FRASE: DE ACORDO COM O ANEXO I DO EDITAL	XXXXXXX	R\$ (XX,XX)	R\$ (XX,XX)

OBS: Os preços ofertados abrangem todos os custos e despesas necessários ao fornecimento do objeto, incluídos, tributos, fretes, taxas e outras despesas incidentes, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, combustível, deslocamento de veículos, lucro e demais despesas diretas e indiretas necessárias à perfeita execução do objeto deste Edital.

Em todas as operações matemáticas, para compor o preço da Proposta Comercial, deverá, obrigatoriamente, ser adotada duas casas decimais, para fins de arredondamento, expressando os valores em moeda nacional – reais e centavos, ficando esclarecido que não serão admitidas propostas alternativas.

Na coluna de **descrição do item** poderá ser omitido pelo licitante na sua proposta comercial, sendo substituído pela frase: De acordo com o descritivo/ especificações do item, conforme Anexo I do Edital.

1. DA GARANTIA DO(S) VEÍCULO(S)

_____ (_____ extenso _____) meses/anos.

2. VALIDADE DA PROPOSTA – MÍN.90 (noventa) dias

Esta proposta é válida por ____ (_____extenso_____) dias a contar de sua apresentação.

31

4. PAGAMENTO

O pagamento pelo cumprimento do objeto do Contrato será efetuado por meio de crédito em conta corrente bancária sob titularidade da Empresa **CONTRATADA** e por ela informada através da nota fiscal emitida, no prazo de **30 (trinta) dias** após a conclusão do fornecimento e montagem descritos e entrega da nota, mediante declaração de setor ou servidor designado pelo SESC/BA para fiscalizar o fornecimento e atestar seu cumprimento satisfatório, sendo vedada a negociação de faturas ou títulos de crédito com instituições financeiras e não sendo aceitos boletos bancários.

Código e Nome do Banco: _____ - _____

Código e Nome da Agência: _____ - _____

N.º da conta corrente: _____

5. ASSINATURA DO CONTRATO:

Se vencedora, na qualidade de Representante Legal da Empresa, declaro que receberei e assinarei, o CONTRATO.

Sr(a).: _____

R.G. nº _____

C.P.F. n.º: _____

_____, ____de _____ de 2022.

NOME E ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL

ANEXO III
MINUTA DE CONTRATO – BA – 2022 Nº XX

Pelo presente Instrumento Particular, têm entre si justo e contratado, de um lado, o **SESC – ADMINISTRAÇÃO REGIONAL NO ESTADO DA BAHIA**, pessoa jurídica de direito privado, com sede administrativa inscrita no CNPJ sob o nº 03.591.002/0001-90, localizada na Avenida Tancredo Neves, nº 1.109, Edifício Casa do Comércio Deraldo Motta, 8º andar, Caminho das Árvores, nesta Capital, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado **pelo Presidente do Conselho Regional**, e, do outro lado, como **CONTRATADA**, _____, situada _____, CEP: _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, situada _____, CEP: _____, neste ato representada pelo(a) Sr(a) _____, portador(a) da Cédula de Identidade RG nº _____, órgão emissor, inscrito no CPF sob o nº _____, residente e domiciliado na _____. As partes contratantes estipulam e aceitam as condições previstas nas Cláusulas a seguir transcritas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO CONTRATUAL

O presente Contrato tem por objeto a aquisição de 02(dois) caminhões frigorífico, sem nenhum uso anterior, em total e adequado funcionamento conjuntamente de todas as peças novas, sistemas, características, funções de toda natureza que os compõem, além da obediência às normatizações técnicas vigentes, para atender as unidades Mesa Brasil Salvador e Feira de Santana, conforme especificações, quantidades e prazos descritos neste Contrato e em seus anexos, bem como nos termos constantes no Edital de **Pregão Eletrônico nº 179/2021** conforme disposições contidas em seus **Anexos** e da Proposta Comercial apresentada pela **CONTRATADA**, que passam a integrar o presente instrumento como se nele estivessem literalmente transcritos.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

O(s) item(s) objeto deste Instrumento, adjudicado(s) no **Pregão Eletrônico nº 179/2021**, deverá(ão) ser executado(s) conforme especificações elencada(s) na tabela constante na Cláusula Quarta.

CLÁUSULA SEGUNDA – ENDEREÇO DAS UNIDADES DO SESC BAHIA / PRAZOS PARA ENTREGA DOS VEÍCULOS.

A **CONTRATADA** deverá cumprir rigorosamente os prazos estipulados neste Contrato e atender a todas as normas de segurança na entrega do(s) veículo(s), que ocorrerá no local, conforme abaixo:

UNIDADE DO SESC	ENDEREÇO	TELEFONE
MESA BRASIL	AVENIDA JEQUITAIA, Nº 123, BAIRRO - ÁGUA DE MENINOS, CEP: 40411-120, SALVADOR-BA	(71) 3207-4471 (71) 3207-4470

MESA BRASIL FEIRA DE SANTANA	RUA GUARATATUBA, Nº 345 - BAIRRO - TOMBA - CEP: 44.090-168 - FEIRA DE SANTANA-BA	(75) 3622-1550 3622-2888
---	---	-----------------------------

PARÁGRAFO PRIMEIRO

O transporte, carga e a descarga do(s) veículo(s) correrão por conta da **CONTRATADA**, sem qualquer custo adicional ao **CONTRATANTE**.

33

PARÁGRAFO SEGUNDO

O(s) veículo(s) deverá(ão) ser entregue(s) em conformidade com as especificações técnicas descritas neste Contrato, contados a partir da assinatura do contrato ou em prazo superior quando informado pelo **CONTRATANTE**, em dia(s) e horário(s) de funcionamento da respectiva Unidade.

PARÁGRAFO TERCEIRO

A Entrega do(s) veículo(s) deverá(ão) ser realizada por profissional(is) devidamente treinado(s), identificado(s), uniformizado(s) e portando crachá, bem como deverão ser utilizados os Equipamentos de Proteção Individual (EPI's) adequados, caso necessário, fornecidos pela **CONTRATADA**, observando-se às normas técnicas e administrativas correlatas.

PARÁGRAFO QUARTO

Os veículos deverão ser entregues em até 04(meses), **contados a partir** da data de assinatura deste contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

Sem prejuízo das obrigações inerentes à perfeita execução dos serviços que integram o objeto contratual descrito na Cláusula Primeira e demais disposições insertas no Anexo I do Edital do **Pregão Eletrônico nº179/2021**, os dispositivos abaixo constituem obrigações das partes aqui assumidas.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

São Obrigações da **CONTRATADA**:

- I. Executar o objeto deste Contrato, em conformidade com o disposto neste Contrato, seus anexos e na legislação correlata, bem como descrito no Anexo I do Edital do **Pregão Eletrônico n.º 179/2021**, obedecendo aos prazos, datas e horários estipulado(s) neste Instrumento, sob pena de, não o fazendo, responder administrativamente e ficar sujeito à aplicação das penalidades previstas neste Instrumento, sem prejuízo de responder também em ação judicial cabível;
- II. Garantir a quantidade, qualidade e adequação do objeto por si executado;
- III. Os veículos deverão ser licenciados e emplacados na UF onde serão entregues ao SESC/BA;
- IV. Observar as condições de garantia e assistência técnica previstas neste Contrato;
- V. Substituir, **imediatamente**, o(s) veículo(s), ou que, porventura, apresentem vícios de qualidade ou quantidade que os tornem impróprios ou inadequados ao fim a que se destinam ou lhes diminuam o valor, correndo por sua conta todas as despesas ou danos daí decorrentes.

- VI. Atender às exigências mínimas de qualidade e observar os padrões e normas administrativas e técnicas aplicáveis ao objeto, especialmente pelos órgãos competentes de controle de qualidade industrial – ABNT, INMETRO, etc, ainda que não constem expressamente elencadas no Edital do **Pregão Eletrônico n.º 179/2021**, neste Instrumento;
- VII. Responsabilizar-se pela entrega do(s) veículo(s), que deverão ser entregues acondicionados adequadamente em caixas lacradas ou outro tipo de embalagem, de forma a permitir a completa segurança durante o transporte, carga e descarga até o local de entrega, arcando com os riscos e custos decorrentes de eventuais prejuízos no percurso;
- VIII. Responsabilizar-se por todos os encargos resultantes da execução do objeto deste Contrato, inclusive os de natureza trabalhista, previdenciária, fiscal e comercial, seja extrajudicialmente ou na hipótese de demanda judicial, não cabendo subsidiariedade ou solidariedade com o **CONTRATANTE**;
- IX. Ressarcir ao **CONTRATANTE** todas as despesas decorrentes de condenação sofrida pela Entidade em ação judicial, de qualquer natureza, ou acordo extrajudicial decorrente de inobservância de dispositivo legal pela **CONTRATADA**, independentemente de ação de regresso ou similar;
- X. Fornecer, ao seu pessoal, os Equipamentos de Proteção Individual (EPI's) necessários para a execução do objeto contratual;
- XI. Responder, **objetiva e integralmente**, por perdas e danos que vier a causar ao **CONTRATANTE** ou a terceiros, em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua, de seus prepostos e/ou representantes, no curso da execução do objeto, ou que resulte na execução indevida do objeto a que se obrigou, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;
- XII. Manter adimplidos e tempestivamente quitados quaisquer débitos trabalhistas e fiscais, bem como manter em dia todas as condições de habilitação exigidas no Edital do **Pregão Eletrônico n.º 179/2021**, até a conclusão plena do objeto por si adjudicado, ciente de que os comprovantes poderão ser exigidos a qualquer tempo neste período;
- XIII. Arcar com a remuneração dos profissionais por si contratados para execução da entrega do(s) veículo(s), sem que haja qualquer solidariedade ou subsidiariedade com o **CONTRATANTE**;
- XIV. Arcar integralmente com os valores das penalidades que lhe forem impostas, ciente de que inadimplência neste tocante implicará em agravamento das penalidades e poderá ensejar cobrança judicial do valor corrigido pelo IPCA e acrescido de honorários advocatícios à razão de 20% sobre o valor da causa;
- XV. Executar os serviços de entrega do(s) veículo(s) dentro dos horários de funcionamento padrão das respectivas Unidades Administrativas do SESC/BA;
- XVI. Ressarcir ao **CONTRATANTE** os prejuízos que decorrerem de falha ou vício na execução do objeto;

- XVII.** Fornecer, por sua conta, os materiais necessários, veículos, transporte, incluindo todos os acessórios, indispensáveis ao alcance do objeto do presente Contrato, bem como toda a mão de obra necessária à sua perfeita execução;
- XVIII.** Designar representante/preposto para acompanhar a conferência do(s) produto(s) entregue(s), sem o que deverá acatar o relatório do conferente do SESC sem ressalvas;
- XIX.** Comunicar ao **CONTRATANTE** qualquer fato atípico ou indevido que possa interferir no bom andamento e êxito da execução do objeto contratado, inclusive decorrente do próprio serviço executado, ou, ainda, de conduta de seu pessoal/equipe, sob pena de preclusão;
- XX.** Solucionar todos os eventuais problemas pertinentes ou relacionados com a execução do objeto contratado, sem ônus adicionais para o **CONTRATANTE**, desde que correlacionados ao objeto;
- XXI.** Prestar todos os esclarecimentos solicitados pelo **CONTRATANTE**, cuja reclamação se obriga, pronta e imediatamente, a atender;
- XXII.** Observar, no local da entrega do(s) veículo(s) a estrutura existente (elétrica, hidráulica, telefônica, veículos entre outras), de forma a não comprometer ou danificar sua funcionalidade;
- XXIII.** Efetuar a limpeza do local da entrega após a realização da mesma;
- XXIV.** Cancelar e substituir a nota fiscal quando necessário para que a mesma apresente as informações compatíveis com o objeto executado;
- XXV.** Arcar, desde o início da execução do objeto, por sua conta e risco exclusivos, independentemente de caso fortuito ou força maior, as consequências de:
- a) Sua negligência, imperícia ou imprudência;
 - b) Falta de solidez nos trabalhos, encontrada mesmo após o término do Contrato;
 - c) Imperfeição ou insegurança das instalações;
 - d) Infrações relativas ao direito de propriedade industrial;
 - e) Furto, perda, roubo, deterioração ou avaria do(s) veículo(s) ou veículos usados na execução do objeto;
 - f) Ato ilícito seu, de seus empregados ou de terceiros;
 - g) Acidentes de qualquer natureza, com materiais, veículos, empregados seus ou de terceiros, nos fornecimentos ou em decorrência dele.

PARÁGRAFO SEGUNDO

São obrigações do CONTRATANTE:

- I. Prestar informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados, de modo a viabilizar a execução do objeto da forma mais perfeita e eficiente possível;
- II. Promover o(s) pagamento(s) dentro do(s) prazo(s) estipulado(s) neste Contrato, desde que cumpridas às exigências estabelecidas no mesmo;
- III. Quando solicitado pela **CONTRATADA**, fornecer atestado de capacidade técnica, em conformidade com as condições e circunstâncias em que se deu a

atuação da mesma, podendo conter ressalvas, caso ocorra alguma falha na execução do objeto contratado ou em alguma obrigação conexa;

- IV. Designar Fiscal(is) do Contrato que possa aferir se o objeto foi cumprido a contento, bem como para fiscalizar o andamento do serviço prestado pela **CONTRATADA**, notificando, imediatamente e por escrito, quaisquer problemas ou irregularidades encontradas e, inclusive, sugerindo aplicação de penalidade;
- V. Rejeitar qualquer produto ou serviço que tenha sido executado equivocadamente ou em desacordo com as especificações técnicas constantes deste Instrumento e seus Anexos, bem como solicitar que o mesmo seja substituído ou refeito, se for cabível.
- VI. Observar as demais obrigações constantes do Termo de Referência anexo ao Edital.

36

PARÁGRAFO TERCEIRO

A adequação do objeto executado pela **CONTRATADA** às especificações deste Contrato será analisada por representante designado pelo **CONTRATANTE**, no momento de avaliar se houve cumprimento “a contento” e lançar tal informação na nota fiscal.

PARÁGRAFO QUARTO

O **CONTRATANTE** não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência ou cessão de responsabilidade ou obrigações da **CONTRATADA** para outra(s) pessoa(s) física(s) ou jurídica(s), ainda que sejam seus representantes, franqueados ou mantenham com o mesmo qualquer outro tipo de vínculo.

PARÁGRAFO QUINTO

O **CONTRATANTE** está autorizado em proceder à retenção e a realizar descontos, do valor que seria pago à **CONTRATADA**, caso haja prejuízos porventura causados pela mesma e seus prepostos.

PARÁGRAFO SEXTO

A **CONTRATADA** é responsável pelo pagamento da contratação de terceiros necessários para execução dos serviços objeto deste contrato, em decorrência do inadimplemento ou execução defeituosa deste Contrato.

PARÁGRAFO SÉTIMO

Na hipótese de força maior, caso fortuito ou “*factum principis*”, devidamente comprovado, que impeçam a execução do objeto ou ocasionem atrasos dos serviços, o **CONTRATANTE** poderá comunicar a **CONTRATADA** nova data e/ou horário em que será necessário a execução do objeto (se for o caso), sem ônus adicional para o **CONTRATANTE** e não implicando a reformulação, para todos os efeitos, em novação contratual.

CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO

O preço correspondente ao adimplemento pleno e a contento do(s) item(s) será aquele constante da proposta comercial julgada vencedora no **Pregão Eletrônico nº 179/2021**, cabendo deduzir do valor da nota fiscal que vier a ser emitida após a execução, os tributos e encargos aplicáveis.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

A tabela abaixo elenca o(s) item(s) que constitui(em) objeto deste Contrato, com seu(s) respectivo(s) preço(s) unitário(s) e total(is), obedecendo a numeração que lhes foi atribuída no Anexo I do Edital do **Pregão Eletrônico nº 179/2021**:

ITEM X - XXXXXXXXX						
ITENS	QTD	UF	DESCRIÇÃO	MARCA/ MODELO/ FABRICANTE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	XX	XX	Facultativo o uso da frase: De acordo com o descritivo/especificações do item, conforme Anexo I do Edital.	XXXX	R\$ (...)	R\$ (...)
TOTAL GERAL ITEM X:					R\$ (...)	

PARÁGRAFO SEGUNDO

O pagamento pelos serviços prestados a contento será efetuado por meio de depósito bancário em conta corrente sob titularidade da **CONTRATADA**, ou de pagamento de boleto, no prazo de **30 (trinta) dias após a efetiva entrega do(s) veículo(s), e a apresentação da Nota Fiscal**, na qual conste a correta descrição dos serviços prestados, acompanhada de assinatura do Fiscal designado pelo **CONTRATANTE** firmando a adequação do objeto executado.

PARÁGRAFO TERCEIRO

O pagamento à **CONTRATADA** ocorrerá na integralidade, na hipótese de ter havido execução a contento do(s) item(s) abrangido(s) na nota fiscal, conforme atestado por fiscal da execução ou quando a **CONTRATANTE**, a seu critério, optar por não efetuar qualquer retenção na data prevista para pagamento, ainda que haja em curso procedimento de aplicação de penalidade. Eventual declaração de execução de serviço “a contento” apenas atesta a conclusão aparente do serviço, mas não a qualidade e completude do mesmo, cuja verificação estará sujeita a ulterior análise do **CONTRATANTE**.

PARÁGRAFO QUARTO

Eventual pagamento da nota fiscal não implica aprovação ou aceite definitivo dos serviços pelo **CONTRATANTE** ou renúncia ao seu poder-dever de fiscalização dos mesmos e, caso seja verificada infração contratual da **CONTRATADA** relacionada a item(s) já pago(s), poderá a **CONTRATANTE** aplicar a penalidade devida, desde que respeitado o contraditório.

PARÁGRAFO QUINTO

Sem prejuízo da possibilidade de aplicação posterior de penalidade, caso o **CONTRATANTE** verifique, até a data prevista para pagamento, infração da **CONTRATADA** passível de penalidade, poderá reter montante equivalente à penalidade. A retenção aqui referida deverá ter equivalência com o valor da penalidade prevista neste Contrato para a infração que se imputa à **CONTRATADA** e caso, ao final da apuração, seja constatada inoccorrência, o referido valor será devolvido da mesma forma aqui prevista para realização do pagamento. Na hipótese de confirmação da infração, a retenção se converterá em pagamento da multa, podendo ou não ser

acrescida de outras penalidades ou valores que venham a ser constatados posteriormente.

PARÁGRAFO SEXTO

A instituição bancária, a agência e a conta corrente deverão estar indicados na Nota Fiscal/Fatura para crédito do pagamento.

PARÁGRAFO SÉTIMO

O CNPJ constante da Nota Fiscal deverá ser o mesmo informado na Proposta Comercial apresentada no **Pregão Eletrônico nº 179/2021**, todavia, caso tenha sido emitida por filial com CNPJ distinto, deverá ser acompanhada das certidões e documentos que comprovem sua regularidade jurídica e fiscal.

PARÁGRAFO OITAVO

Caso seja necessário abrir filial ou cadastro de inscrição para emitir Nota Fiscal no local de execução do objeto, o eventual custo deste procedimento **INDISPENSÁVEL** será de responsabilidade da **CONTRATADA**.

PARÁGRAFO NONO

Os valores e informações da(s) Nota(s) Fiscal(is) deverão corresponder ao que consta deste Contrato, tanto no que se refere à descrição do objeto, quanto ao que efetivamente foi executado no período, e, caso haja divergência, o **CONTRATANTE**, através de representante, solicitará a substituição.

PARÁGRAFO DÉCIMO

Na hipótese de solicitação de substituição da Nota Fiscal, o prazo para realização de depósito/transferência em pagamento, **será reiniciado** após o recebimento da nova nota com as devidas correções, sem que haja qualquer ônus para o **CONTRATANTE** ou interrupção do fornecimento do(s) veículo(s).

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO

A **CONTRATADA** declara estar ciente de que sobre o valor do Contrato será realizado o recolhimento, na fonte, dos tributos municipais, estaduais e federais e/ou encargos sociais aplicáveis em observância à legislação, por isso, nas localidades onde houver requisitos específicos a serem observados na emissão da Nota Fiscal para viabilizar esta retenção, a **CONTRATADA** deverá atendê-los.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO

Caso a **CONTRATADA** venha a sofrer alteração das alíquotas tributárias a si aplicáveis ou venha a perder o enquadramento no SIMPLES não poderá repassar ao **CONTRATANTE** as diferenças de valores decorrentes desta(s) alteração(ões).

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO

Caso o objeto não seja executado a contento, conforme já previsto em parágrafo anterior, o **CONTRATANTE** poderá aplicar penalidades e deduzir o valor de multas do valor do pagamento devido à **CONTRATADA**, sem prejuízo de exigir perdas e danos.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO

Nenhum pagamento isentará a **CONTRATADA** das responsabilidades deste Contrato, quaisquer que sejam, nem implicará em aprovação, total ou parcial, dos serviços executados.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO

O **CONTRATANTE** poderá exigir da **CONTRATADA**, a qualquer tempo, inclusive como condição de efetivação de pagamento, comprovação de que mantém cumpridas as condições de habilitação e comprovação de regularidade no cumprimento de obrigações trabalhistas.

39

CLÁUSULA QUINTA – DA GARANTIA

Garantia mínima de 01 (um) ano no motor e câmbio. Para as demais peças de reposição originais e outros componentes, a garantia será a legal prevista no código de defesa do consumidor, acrescida da garantia complementar do fabricante do veículo, quando for o caso, com exceções dos itens de desgaste natural (pastilhas de freios, filtros, óleo do motor, etc). O prazo deverá contar da emissão da Nota Fiscal, registrado no certificado a ser entregue juntamente com o veículo.

CLÁUSULA SEXTA - DA ASSISTENCIA TÉCNICA

A **CONTRATADA** deverá assegurar o atendimento à solicitação para a prestação de assistência técnica nas Unidades de destino do(s) veículo(s), localizadas no Estado da Bahia, ainda que o endereço fixo da empresa que preste assistência técnica seja em domicílio diverso.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Caso a **CONTRATADA** não possua assistência técnica credenciada na localidade onde irá fornecer o produto, arcará com toda e qualquer despesa de remessa à outra assistência técnica e retorno do(s) produto(s) que apresentar(em) defeito(s) no prazo de garantia;

PARÁGRAFO SEGUNDO

O prazo máximo para resolução dos problemas, apresentados no prazo de garantia, deverá ser de até **15 (quinze) dias úteis**, a contar da solicitação ou chamado, devendo todas as despesas correrem por conta exclusiva da **CONTRATADA**, inclusive se for necessário desmontar ou transportar o(s) veículo(s), no todo ou em parte.

PARÁGRAFO TERCEIRO

Para remoção de qualquer veículo ou componente da Unidade para conserto, será necessária prévia autorização do fiscal(is) do(s) contrato(s) e, nestes casos, as despesas com a retirada, a remessa, a devolução e a posterior reinstalação dos objetos correrão por conta da **CONTRATADA**.

PARÁGRAFO QUARTO

Não sendo solucionado o problema no prazo previsto no Parágrafo Segundo, a **CONTRATADA** deverá providenciar a substituição do produto por outro novo, no prazo de **03 (três) dias**, até que seja reparado o defeito que motivou o chamado e devolvido o produto. Caso a substituição temporária perdure por mais de 30 (trinta) dias, a critério do **CONTRATANTE**, esta poderá se tornar definitiva.

PARÁGRAFO QUINTO

Os defeitos de fabricação, bem como sinais ou indícios de oxidação e/ou ferrugem ou desgaste prematuro verificados no curso do prazo da garantia, implicarão do dever da

CONTRATADA de substituir o item por outro idêntico e novo, no prazo de até 03 (três) meses, a contar do recebimento da notificação acerca do defeito, sob pena de aplicação de penalidade por descumprimento passível de ser cobrada judicialmente com acréscimo de honorários advocatícios à razão de 20% do valor da causa e ressarcimento por perdas e danos que tenham sido experimentados, sem prejuízo da devolução do preço pago acrescido de correção monetária pelo IPCA.

PARÁGRAFO SEXTO

No período de vigência da garantia, não haverá custo para o **CONTRATANTE** em caso de reparo de defeito de fabricação e/ou funcionamento, inclusive para aqueles ocultos na data de entrega.

PARÁGRAFO SÉTIMO

Ocorrendo o término da garantia, mas havendo pendências com relação a serviços não realizados, por culpa da **CONTRATADA**, ficará prorrogado o prazo de garantia e do serviço de assistência técnica, sem ônus para o **CONTRATANTE**, enquanto perdurar o evento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

O **CONTRATANTE** designará Fiscal(is) para este Contrato, o(s) qual(is) atuará(ão) de modo sistemático com a finalidade de que sejam cumpridos, rigorosamente, os prazos, condições e qualificações previstas neste Contrato, e o(s) mesmo(s) ficará(ão) investido(s) de amplos poderes que lhe facultam exigir da **CONTRATADA** tudo quanto cabível para a execução fiel e exata do objeto contratual, bem como praticar todos os atos cabíveis e/ou necessários, podendo ser substituído(s) a qualquer tempo.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

A **CONTRATADA** prestará todos os esclarecimentos solicitados pelo **CONTRATANTE**, cujas reclamações se obriga, pronta e imediatamente, a atender.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Em caso de demora ou recusa da **CONTRATADA** na execução do objeto contratado, o **CONTRATANTE** poderá confiar a outrem a execução do objeto do presente Contrato, podendo descontar os seus custos do próximo pagamento a ser feito à **CONTRATADA**, ou, inexistindo, exigir da mesma perdas e danos.

PARÁGRAFO TERCEIRO

O **CONTRATANTE** poderá solicitar justificadamente a substituição de qualquer empregado da **CONTRATADA**, bem como rejeitar veículos e/ou serviços que não correspondam às condições pactuadas, competindo à **CONTRATADA** readequá-los em tempo hábil para cumprimento dos prazos, correndo, por sua conta, todas as despesas e consequências daí decorrentes.

PARÁGRAFO QUARTO

Caberá, ainda, ao(s) Fiscal(is) designado(s) pelo **CONTRATANTE** receber a(s) Nota(s) Fiscal(is) e, por conseguinte, inserir na(s) mesma(s), quando cabível, o carimbo (padrão SESC) com a referência adequada ao(s) objeto(s), assim como declarar se o(s) mesmo(s) foi(foram) executado(s) “a contento” e o que mais couber, para, enfim, fazer o encaminhamento para a área Financeira do **CONTRATANTE**, visando efetivar o(s) devido(s) pagamento(s).

PARÁGRAFO QUINTO

O(s) Fiscal(is) deste Contrato deverá(ão) comunicar à Autoridade competente do **CONTRATANTE** o inadimplemento ou adimplemento defeituoso de qualquer das obrigações assumidas pela **CONTRATADA**, para apuração e aplicação de penalidade e/ou abatimento no valor do pagamento, quando for o caso, resguardado o direito ao contraditório.

41

PARÁGRAFO SEXTO

O **CONTRATANTE** só aceitará os veículos que estiverem de acordo com as especificações referidas neste Contrato e seus anexos depois de terem sido considerados em perfeita ordem pelo(s) fiscal(is) do **CONTRATANTE**. Os materiais, veículos e/ou serviços que não apresentarem condições de aceitabilidade serão rejeitados, cabendo à **CONTRATADA** todos os ônus decorrentes da rejeição, inclusive quanto ao prazo e despesas.

PARÁGRAFO SÉTIMO

O exercício da Fiscalização, a atuação do Fiscal ou mesmo sua omissão não ilide ou limita a responsabilidade da **CONTRATADA**, que permanecerá integralmente responsável pela fiel, completa e perfeita execução do objeto, especialmente quanto às garantias de qualidade do serviço e de segurança dos veículos.

CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES

Na hipótese de inadimplemento total ou parcial das obrigações assumidas pela **CONTRATADA**, em atenção ao art. 32 do Regulamento de Licitações e Contratos do SESC, o **CONTRATANTE** poderá, a critério da Autoridade Administrativa competente, rescindir a contratação firmada e, além disso, aplicar as seguintes penalidades, separada ou cumulativamente:

- I. Perda do direito à contratação;
- II. Multa de **20% (vinte por cento)**, calculada sobre o valor total do(s) item(ns) objeto(s) do Contrato;
- III. Suspensão do direito de licitar ou contratar com o SESC/BA por até 02 (dois) anos.

Em atenção ao art. 32 do Regulamento de Licitações e Contrato do SESC, na hipótese de inadimplemento total ou parcial das obrigações assumidas pelo **licitante** adjudicado, sem prejuízo da possibilidade de rescisão, o SESC/BA poderá, a critério da Presidência do Conselho Regional do SESC Bahia, cancelar o **Contrato** emitido ou por emitir (*consoante previsão do item 17*) e, além disso, aplicar as seguintes penalidades, separada ou cumulativamente:

- I. Advertência por escrito;
- II. **Multa de 20% (vinte por cento)**, calculada sobre o valor total do **Contrato** na hipótese de descumprimento total das obrigações assumidas, quando inexistente pagamento em benefício do Licitante Adjudicado;
- III. **Multa de 10% (dez por cento)**, calculada sobre o valor total do **Contrato** quando referente a todo o quantitativo do pedido, ou calculada sobre o valor do respectivo quantitativo, quando atingir parte do pedido, em caso de descumprimento parcial

ou execução deficiente, irregular ou inadequada, que atinja o objeto principal, desde que tenha havido proveito incontroverso para o SESC/BA;

IV. Quando a execução irregular, defeituosa ou inadequada implicar em perda do interesse do SESC do item do **Contrato**, aplica-se a multa por inadimplemento;

V. Multa de 3% (três por cento) sobre o valor total do **Contrato** quando houver execução deficiente que atinja elementos acessórios ou deveres conexos decorrentes deste Edital e/ou **Contrato**, mas sem qualquer prejuízo do objeto principal, na sua finalidade ou especificação;

VI. Multa de 0,3% (três décimos por cento) ao dia, por atraso na entrega do(s) item(ns) ou dever de substituição/refazimento/garantia previsto neste Edital;

a) A base de cálculo será o valor total do quantitativo do(s) item(ns) que não foi(ram) entregue(s) no prazo, ainda que tenha havido entrega parcial;

b) Quando houver necessidade de substituir/refazer o item entregue em divergência com o Edital, o atraso será contado a partir da data em que deveria ter sido entregue o item correto até a data em que o mesmo for substituído/refeito;

VII. Suspensão do direito de licitar ou contratar com o SESC por prazo não superior a 02 (dois) anos.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

A apuração ou abertura do procedimento para aplicação de penalidade se iniciará através de notificação do Fiscal ou preposto do **CONTRATANTE** informando falha ou omissão verificada e prazo para resposta, que será encaminhada à Autoridade Competente para deliberação, da qual não caberá recurso.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Os valores correspondentes às multas de que tratam os itens anteriores serão descontados do pagamento a que a **CONTRATADA** fizer jus ou deverão ser recolhidos diretamente na Tesouraria do **CONTRATANTE**, no **prazo de 15 (quinze) dias corridos**, contados a partir da data de recebimento da comunicação da penalidade aplicada, ou, ainda, quando for o caso, poderão ser cobrados judicialmente.

PARÁGRAFO TERCEIRO

Quando aberto o procedimento de apuração/aplicação de penalidade, a **CONTRATADA** será notificada e, se houver crédito do mesmo a receber, o prazo de pagamento será suspenso pelo **CONTRATANTE** até a conclusão do procedimento, podendo haver requerimento para que seja mantido o prazo para liberação do valor não atingido pela penalidade inicialmente prevista. Quando houver liberação de parte do crédito e o valor destinado ao pagamento da penalidade não for suficiente, será necessário que a **CONTRATADA**, ao ser notificada, realize a quitação do valor restante, através de depósito em conta indicada pelo **CONTRATANTE** ou na Tesouraria.

PARÁGRAFO QUARTO

As penalidades previstas neste Contrato são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de quaisquer outras medidas cabíveis, em razão do mesmo fato, em âmbito judicial ou extrajudicial.

PARÁGRAFO QUINTO

O total do valor das multas aplicadas isoladas ou cumulativamente não excederá o valor da obrigação principal, no limite máximo de **20% (vinte por cento)** sobre o valor do quantitativo em que se verificar o respectivo atraso e o valor individual das multas não poderá exceder o valor unitário do item cuja execução ocorrida foi defeituosa.

PARÁGRAFO SEXTO

Na aplicação de penalidades, será resguardada oportunidade para exercício do contraditório e da ampla defesa.

PARÁGRAFO SÉTIMO

É facultado ao **CONTRATANTE** exigir, ainda, da **CONTRATADA** que incorrer em conduta motivadora de penalidade, o ressarcimento de perdas e danos, nos termos do artigo 389, do Código Civil, sem prejuízo das demais penalidades previstas neste Instrumento, no Regulamento de Licitações e Contratos do SESC e na legislação vigente aplicável ao caso concreto.

PARÁGRAFO OITAVO

Na hipótese em que a **CONTRATADA** corrigir sua falha e/ou ressarcir integralmente o **CONTRATANTE** quando notificado de prejuízo a que deu causa e da possibilidade de aplicação de penalidade, fazendo-o em prazo designado pelo **CONTRATANTE**, as multas previstas acima poderão ser perdoadas, a critério da Autoridade Competente do SESC/BA, sem prejuízo da aplicação da advertência por escrito.

PARÁGRAFO NONO

Fica convencionado entre as partes que o dano extrapatrimonial do **CONTRATANTE** será presumido na hipótese de haver descumprimento total do objeto contratado, seja pela entrega total ou parcial dos mesmos, ou pela não montagem do(s) veículo(s).

PARÁGRAFO DÉCIMO

Uma vez recebida a notificação após exercício do direito ao contraditório e à ampla defesa, não caberá recurso da empresa penalizada.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO

O não pagamento das penalidades aplicadas ensejará ação judicial para cobrança das mesmas devidamente corrigidas pelo IPCA acrescidas de juros legais, custas processuais, honorários advocatícios e qualquer outro valor imputado ao **CONTRATANTE** no decorrer do processo.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO

O(s) valor(es) da(s) multa(s), eventualmente aplicado(s), será(ão) corrigido(s) monetariamente pelo IPCA acrescidos de juros legais (consoante o art. 406 do Código Civil), e o não pagamento das penalidades aplicadas ensejará ação judicial para cobrança das mesmas, devendo também ser acrescido do valor das custas

processuais, honorários advocatícios e qualquer outro valor imputado ao SESC/BA no decorrer do processo.

CLÁUSULA NONA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O **prazo de vigência** do presente contrato é de **6 (seis) meses** a contar da data de sua assinatura.

44

CLÁUSULA DÉCIMA – RESCISÃO DO CONTRATO

Além da possibilidade de rescisão por inadimplemento total ou parcial das obrigações assumidas pela **CONTRATADA**, conforme deliberação de Autoridade Administrativa do **CONTRATANTE**, este Contrato poderá ser rescindido imediatamente e sem necessidade de notificação prévia, judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:

- I. A **CONTRATADA** atrasar, injustificadamente, a execução do objeto ou interromper a mesma, sem justa causa e prévia comunicação ao **CONTRATANTE**;
- II. A constatação superveniente de impossibilidade ou inviabilidade do cumprimento do objeto;
- III. A subcontratação total ou parcial do objeto, a associação da **CONTRATADA** com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, sem prévia e expressa autorização do **CONTRATANTE**;
- IV. O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a execução;
- V. O desatendimento a normas decorrentes da legislação correlata e as especificações gerais e particulares de natureza contratual;
- VI. O cometimento reiterado de faltas na execução, devidamente registradas;
- VII. A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil da **CONTRATADA**;
- VIII. A dissolução da sociedade ou o falecimento da **CONTRATADA**, quando se tratar de empresário individual;
- IX. A Alteração social e a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa **CONTRATADA**, que prejudique a execução deste Contrato;
- X. Razões de interesse do SESC/BA;
- XI. Ocorrência de “fato do príncipe”, caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovada e impeditiva da execução do presente Contrato;
- XII. Na hipótese de o **CONTRATANTE** homologar processo licitatório cujo objeto seja o mesmo constante deste Contrato;

PARÁGRAFO PRIMEIRO

A **CONTRATADA** assume exclusiva responsabilidade por todos os prejuízos que a rescisão, por sua culpa, acarretar ao **CONTRATANTE** e/ou a terceiros;

PARÁGRAFO SEGUNDO

Caso a **CONTRATADA** não mantenha as condições de habilitação e qualificação, poderá o **CONTRATANTE** rescindir o presente Contrato, sem ônus, por descumprimento deste Instrumento e do Regulamento de Licitações e Contratos do Sesc.

45

PARÁGRAFO TERCEIRO

Em hipótese de ajuizamento de ação judicial envolvendo este Contrato, a fim de que os serviços não sejam paralisados, a **CONTRATADA**, desde já, autoriza o **CONTRATANTE** a prosseguir com a execução dos serviços por intermédio de terceiros, não lhe cabendo, neste caso, qualquer indenização decorrente de tal alteração.

PARÁGRAFO QUARTO

O presente Contrato poderá ser rescindido por mútuo consentimento das partes, sem qualquer ônus às mesmas, mediante termo próprio de rescisão, devendo a **CONTRATADA**, neste caso, receber o valor referente ao objeto até então executado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

Qualquer alteração a este Contrato deverá se operar através de Aditivo Contratual escrito, firmado por ambas as partes, e ser precedida de justificativa fundamentada, observando-se o disposto no art. 29 do Regulamento de Licitações e Contratos do SESC.

PARÁGRAFO ÚNICO

O objeto deste Contrato, naquilo que for possível e na hipótese de necessidade, poderá ser acrescido ou reduzido em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado, independentemente da anuência da **CONTRATADA**;

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DISPOSIÇÕES GERAIS

Integram o presente Contrato, para todos os fins, o Edital do Pregão Eletrônico n.º **179/2021** e todos os seus Anexos e a Proposta Comercial da **CONTRATADA**;

PARÁGRAFO PRIMEIRO

A execução do objeto contratado não constituirá relação de emprego entre o **CONTRATANTE** e prepostos, empregados ou prestadores de serviço da **CONTRATADA**, devendo esta última tomar todas as providências cabíveis para excluir o **CONTRATANTE** de lide em que o mesmo se veja envolvido em razão de interpretação diversa ou ressarcí-lo, caso venha a arcar com eventual condenação em lide desta natureza, sem prejuízo de outras penalidades cabíveis;

PARÁGRAFO SEGUNDO

A **CONTRATADA** é responsável por todas as obrigações e despesas com encargos patronais, trabalhistas, tributários, administrativos, previdenciários ou outros quaisquer, na forma da legislação em vigor, relativos aos empregados, prestadores de serviço e autônomos por si contratados, bem como assumirá exclusivamente a responsabilidade por danos que quaisquer deles vierem a causar;

PARÁGRAFO TERCEIRO

A **CONTRATADA** compromete-se a executar o objeto deste Contrato observando os padrões de qualidade e técnicas para objetos desta natureza e a legislação em vigor, assim como responsabilizar-se pela correção, sem ônus para o **CONTRATANTE**, de todos os erros ou omissões que venham ocorrer na execução do mesmo;

PARÁGRAFO QUARTO

No ato da execução do objeto, correrão exclusivamente por conta da **CONTRATADA** os danos e os prejuízos decorrentes de sua negligência, imperícia ou imprudência.

PARÁGRAFO QUINTO

O **CONTRATANTE** se reserva ao direito de contratar com outras pessoas jurídicas a execução de serviços diversos, não abrangidos por este Contrato, para execução no mesmo local, durante a vigência deste.

PARÁGRAFO SEXTO

Na hipótese descrita no inciso anterior, a **CONTRATADA** não poderá opor quaisquer dificuldades à introdução de materiais no local da execução de serviços.

PARÁGRAFO SETIMO

A **CONTRATADA** exonera o **CONTRATANTE** de toda e qualquer responsabilidade relativa a quaisquer danos ou prejuízos que lhe sejam causados por terceiros, sendo que os danos ou prejuízos que a **CONTRATADA** causar a terceiros serão de sua inteira responsabilidade;

PARÁGRAFO OITAVO

Na contagem dos prazos estabelecidos no presente Instrumento, será excluído o dia do início e incluído o dia do vencimento, exceto quando for explicitamente disposto o contrário.

PARÁGRAFO NONO

Só se iniciam e vencem os prazos referidos neste Contrato em dia de funcionamento da sede do **CONTRATANTE**;

PARÁGRAFO DÉCIMO

Toda e qualquer tolerância quanto a eventual descumprimento ou cumprimento irregular de obrigação contratual por qualquer das partes não implicará em novação ou alteração das disposições ora pactuadas, mas tão somente mera liberalidade;

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO

Aplicam-se a este Contrato o Regulamento de Licitações e Contratos do SESC, o Código de Defesa do Consumidor e o Código Civil.

CLÁUSULA DÉCIMO SEGUNDO - FORO

Para quaisquer questões judiciais, oriundas do presente Instrumento, prevalecerá o Foro da Comarca de Salvador, Estado da Bahia, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, assinam as partes o presente Instrumento Contratual em **02 (duas) vias** de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo assinadas, para um só efeito.

Salvador, ____ de _____ de 2022.

CONTRATANTE
XXXXXXXXXXXXXX

CONTRATADA
XXXXXXXXXXXXXXXXXX

TESTEMUNHAS:

NOME:
RG:
CPF:

NOME:
RG:
CPF:

ANEXO IV

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 179/2021

OBJETO DA LICITAÇÃO: AQUISIÇÃO DE 02 (DOIS) CAMINHÕES BAÚ FRIGORÍFICO, SEM NENHUM USO ANTERIOR, EM TOTAL E ADEQUADO FUNCIONAMENTO CONJUNTAMENTE DE TODAS AS PEÇAS NOVAS, SISTEMAS, CARACTERÍSTICAS, FUNÇÕES DE TODA NATUREZA QUE OS COMPÕEM, ALÉM DA OBEDIÊNCIA ÀS NORMATIZAÇÕES TÉCNICAS VIGENTES, PARA ATENDER AS UNIDADES MESA BRASIL SALVADOR E FEIRA DE SANTANA, NOS TERMOS CONSTANTES DO EDITAL E CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES DESCRITAS NO ANEXO I.

48

DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE RELAÇÃO COM DIRIGENTE E/OU EMPREGADO DO SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO

_____ (nome da pessoa jurídica) _____, inscrita no CNPJ sob o n.º _____, com sede na _____ (endereço completo) _____, neste ato representado pelo seu representante legal, Sr. _____ (nome do representante legal) _____, inscrito no CPF sob o n.º _____, **DECLARA**, para os devidos fins e sob as penalidades da lei, que não possui em seu quadro societário dirigente e/ou empregado do Serviço Social do Comércio, responsabilizando-se, ainda, em informar qualquer alteração nesse tocante enquanto perdurar os efeitos da contratação.

Cidade/UF, dia/mês/ano.

Assinatura do Representante Legal

ANEXO V

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 179/2021

OBJETO DA LICITAÇÃO: AQUISIÇÃO DE 02 (DOIS) CAMINHÕES BAÚ FRIGORÍFICO, SEM NENHUM USO ANTERIOR, EM TOTAL E ADEQUADO FUNCIONAMENTO CONJUNTAMENTE DE TODAS AS PEÇAS NOVAS, SISTEMAS, CARACTERÍSTICAS, FUNÇÕES DE TODA NATUREZA QUE OS COMPÕEM, ALÉM DA OBEDIÊNCIA ÀS NORMATIZAÇÕES TÉCNICAS VIGENTES, PARA ATENDER AS UNIDADES MESA BRASIL SALVADOR E FEIRA DE SANTANA, NOS TERMOS CONSTANTES DO EDITAL E CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES DESCRITAS NO ANEXO I.

49

REGULAMENTO DE TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS POR OPERADORES

I - DO OBJETO

- 1.1 Na medida em que uma Parte trate dados pessoais durante e para a execução do instrumento, seja como Controladora ou Operadora, ela se obriga a realizar tal atividade de acordo com as exigências legais aplicáveis especialmente, mas sem se limitar, a Constituição Federal, o Código de Defesa do Consumidor, o Código Civil, o Marco Civil da Internet (Lei Federal nº 12.965/2014), seu decreto regulamentador (Decreto nº 8.771/2016), a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei Federal nº 13.709/2018), e suas eventuais alterações, regulamentações ou substituições posteriores.
- 1.2 Constitui objeto do presente estabelecer Regulamento sobre o Tratamento de Dados Pessoais no contexto do instrumento firmado entre o SESC Administração Regional no Estado da Bahia (SESC-BA) e a CONTRATADA/PARCEIRA.
- 1.3 O presente se aplica sempre que houver tratamento de dados pessoais realizados no âmbito do instrumento. Caso não haja tratamento, ficam prejudicadas estas disposições.

II – COMPROMISSO

- 2.1 As partes aceitam e se comprometem a observar as seguintes regras para tratamento de dados pessoais:
 - 2.1.1 **Papel como agente de tratamento.** O papel desempenhado pela CONTRATADA/PARCEIRA, como agente de tratamento de dados pessoais, será o de Operador, ou seja, o tratamento de dados que procederá estará restrito ao disposto no presente instrumento ou for solicitado formalmente e por escrito pelo SESC-BA, em nome desta última e sob sua responsabilidade.

- 2.1.2 A CONTRATADA/PARCEIRA fica impedida de decidir sobre o tratamento dos dados pessoais realizados, devendo consultar o SESC-BA sempre que houver omissão do instrumento ou dúvida superveniente. Caso o SESC-BA não se pronuncie por escrito, a CONTRATADA/PARCEIRA fica impedida de proceder o tratamento.
- 2.1.3 Os dados pessoais recebidos pela CONTRATADA/PARCEIRA do SESC-BA ou de terceiros por ele contratados que forem desnecessários ao cumprimento do presente instrumento ficarão em posse da primeira para armazenamento, ficando impedida a CONTRATADA/PARCEIRA de tratar tais dados ou tratá-los com desvio da finalidade previamente estabelecida.
- 2.1.4 Caso qualquer autoridade competente determine a anonimização parcial ou total dos dados pessoais compartilhados, tal procedimento será de responsabilidade do SESC-BA, que arcará com os custos e ditará os procedimentos técnicos a serem adotados para cumprimento da determinação.
- 2.1.5 O SESC-BA se responsabilizará pelo tratamento de dados pessoais de todos os terceiros com quem a CONTRATADA/PARCEIRA seja obrigada a compartilhar os dados pessoais à sua ordem ou por força do presente instrumento, como por exemplo, mas sem limite, auditorias internas ou externas.
- 2.1.6 As partes se comprometem a restringir o tratamento de dados pessoais ao estipulado no presente instrumento, seus aditivos ou em comunicações por escrito realizadas pela SESC-BA.
- 2.1.7 **Bases legais de tratamento.** Para compartilhar dados pessoais com a CONTRATADA/PARCEIRA, no âmbito e para os fins do instrumento, ou para fazer com que terceiros o façam, o SESC-BA deve, primeiro, garantir que possui embasamento legal para promover este compartilhamento ou ordená-lo, nos termos e formatos previstos pela legislação aplicável.
- 2.1.8 A responsabilidade pelo enquadramento do tratamento de dados pessoais nas hipóteses legais é do SESC-BA, bem como a responsabilidade pela legalidade do tratamento realizado no papel de Controlador, isentando-se a CONTRATADA/PARCEIRA de demandas judiciais e extrajudiciais neste sentido, nos termos descritos no instrumento. A responsabilidade da CONTRATADA/PARCEIRA ficará restrita às obrigações assumidas no presente instrumento ou àquelas estabelecidas pela LGPD aos operadores em geral.
- 2.1.9 A responsabilidade descrita no item anterior abrange também o tratamento de dados pessoais de terceiros, em especial dos titulares vinculados juridicamente às pessoas jurídicas contratadas pelo SESC-BA.

- 2.1.10 Direitos dos titulares.** O SESC-BA é responsável por informar os titulares de dados sobre os seus direitos relacionados aos seus dados pessoais, e por respeitar esses direitos, incluindo os direitos de acesso, exclusão, limitação, portabilidade ou eliminação de dados, na forma prevista pela Lei.
- 2.1.11** A CONTRATADA/PARCEIRA não deverá atender nenhuma instrução recebida diretamente do titular de dados, exceto nos casos em que autorizado pelo SESC-BA e/ou pela legislação aplicável. Caso a CONTRATADA/PARCEIRA receba qualquer solicitação direta do titular do dado, com relação aos dados controlados pelo SESC-BA, deverá comunicar tal fato ao SESC-BA.
- 2.1.12** A CONTRATADA/PARCEIRA fornecerá cooperação e assistência razoáveis, conforme seja solicitado pelo SESC-BA, para que ela possa responder eventuais solicitações dos titulares de dados.
- 2.1.13 Extinção do instrumento.** No caso de extinção do instrumento, por qualquer motivo que esta se dê, a CONTRATADA/PARCEIRA devolverá ao SESC-BA todos os dados pessoais compartilhados por ela para cumprimento do instrumento, bem como suspenderá o acesso a quaisquer sistemas informatizados que contenha tais dados. Caso o SESC-BA não receba tais dados, a CONTRATADA/PARCEIRA deverá excluí-los definitivamente após 30 (trinta) dias do fim da vigência do instrumento.
- 2.1.14 Contratação de terceiros.** A CONTRATADA/PARCEIRA, para cumprir com o objeto deste instrumento, pode precisar utilizar serviços de terceiros, que serão considerados, conforme aplicável, suboperadores, ou operadores de dados, atuando em nome da CONTRATADA/PARCEIRA. Os serviços dos terceiros podem, por exemplo, ser serviços de armazenamento de dados pessoais, ou serviços de suporte técnico para softwares utilizados pela CONTRATADA/PARCEIRA para prestar os serviços. Os terceiros, aqui referidos, podem, inclusive, ter sede e filiais fora do Brasil. A CONTRATADA/PARCEIRA se obriga a firmar instrumentos com estes terceiros, e exigir deles garantias de cumprimento dos princípios legais aplicáveis ao tratamento do dado, que estes apenas atuem em conformidade com as instruções e Políticas da CONTRATADA/PARCEIRA, relativas a Segurança da Informação e Proteção de Dados Pessoais, e que qualquer atividade de tratamento de dado por eles conduzida, ocorra apenas na medida do estritamente necessário para o cumprimento de suas obrigações contratuais.
- 2.1.15 Outras obrigações e declarações.** Sem prejuízo do até aqui exposto, durante e para o tratamento de dados pessoais, cada Parte se obriga a:

- 52
- a)** estabelecer e cumprir Políticas de Privacidade e Segurança da Informação, que criem regras de boas práticas e de governança indicando condições de organização, o regime de funcionamento, os procedimentos, incluindo reclamações e petições de titulares, as normas de segurança, os padrões técnicos, as obrigações específicas para os diversos envolvidos no tratamento, as ações educativas, os mecanismos internos de supervisão e de mitigação de riscos e outros aspectos relacionados ao tratamento de dados pessoais.
 - b)** adotar medidas de segurança, técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito;
 - c)** comunicar, em prazo razoável, à autoridade nacional e ao titular a ocorrência de incidente de segurança de dados por si controlados e que possa acarretar risco ou dano relevante aos titulares;
 - d)** atender os princípios da boa-fé, finalidade, adequação, necessidade, livre acesso, qualidade dos dados, transparência, segurança, prevenção, não discriminação e responsabilização e prestação de contas, conforme definido na legislação aplicável;
 - e)** garantir que a atividade de tratamento por si realizada esteja devidamente enquadrada em uma das situações permitidas em lei;
 - f)** não reter ou utilizar dados pessoais por um período superior ao necessário para cumprimento das finalidades legítimas para as quais o tratamento foi autorizado;
 - g)** não vender, ceder a terceiros, ou de qualquer forma utilizar dados pessoais, sem autorização do titular, ou de forma contrária a lei;
 - h)** facilitar e colaborar, na medida de suas responsabilidades, com o exercício dos direitos legais dos titulares, na forma que lhes é assegurado em lei;
 - i)** manter registro das operações de tratamento de dados pessoais que realizarem, especialmente quando baseado no legítimo interesse;
 - j)** sempre que solicitado pela autoridade competente realizar avaliações e relatórios de impacto à proteção de dados pessoais, inclusive de dados sensíveis, referente a suas operações de tratamento de dados, observados os segredos comercial e indústria. Os relatórios deverão conter, no mínimo, a descrição dos tipos de dados coletados, a metodologia utilizada para a coleta e para a garantia da segurança das informações e a análise do controlador com relação às medidas, salvaguardas e mecanismos de mitigação de risco adotados;

- 53
- k)** restringir o acesso aos dados pessoais apenas àquelas pessoas que efetivamente tenham necessidade de acessá-los para o cumprimento da finalidade informada ao titular, e no limite necessário ao tratamento, garantindo, ainda que aqueles que, em seu nome, tenham, ou possam ter, acesso aos dados pessoais respeitem e mantenham a confidencialidade e a segurança de tais dados pessoais, bem como observem o disposto neste instrumento e na lei aplicável.
 - l)** Uma Parte se obriga a notificar à outra, em prazo razoável, caso identifique um Incidente de Segurança nas atividades de tratamento de dados pessoais por si realizada, no âmbito deste instrumento, e que possa acarretar risco ou dano relevante à Parte, ou aos titulares do dado (no que se refere aos dados pessoais por ela controlados ou tratados), e possa, na forma prevista na Lei, gerar impacto ou prejuízo para a outra Parte. A Parte notificante deverá apresentar, no menor prazo possível, detalhes do Incidente verificado, incluindo, conforme já possua tais dados, a descrição da natureza dos dados pessoais afetados; as informações sobre os titulares envolvidos; a indicação das medidas técnicas e de segurança utilizadas para a proteção dos dados, observados os segredos comercial e industrial; os riscos relacionados ao incidente; os motivos da demora, no caso de a comunicação não ter sido imediata; e as medidas que foram ou que serão adotadas para reverter ou mitigar os efeitos do prejuízo. As Partes deverão, neste caso, estabelecer, em conjunto e de boa-fé, qual delas será responsável por realizar as comunicações necessárias aos órgãos reguladores e aos titulares, quando necessário, e nos termos da legislação aplicável, bem como sobre as medidas necessárias a serem adotadas para remediar as causas do Incidente de Segurança, buscando evitar o dano ou causar o menor dano possível, além de preservar e proteger a segurança dos dados e do tratamento.
 - m)** Cada Parte reconhece que, resguardadas as hipóteses legais de isenção de responsabilidade (em especial, no que se refere a atividades de tratamento realizadas pelo Operador), será integral e exclusivamente responsável, perante à outra Parte, os titulares dos Dados Pessoais, os entes regulatórios e fiscalizadores aplicáveis (em especial, mas sem se limitar, a autoridade nacional) e/ou quaisquer terceiros interessados, pelas atividades de tratamento de dados por si realizadas (inclusive por seus funcionários, subcontratados,

representantes, prepostos e ou colaboradores que estejam agindo em seu nome) no âmbito deste instrumento.

- n) Caso uma Parte seja questionada (administrativa ou judicialmente) sobre a legalidade e legitimidade de qualquer atividade de tratamento de dados pessoais realizada sob a responsabilidade da outra Parte, caberá a esta última, após ter sido notificada pela Parte demandada, (a) identificar-se como exclusivamente responsável pela atividade de tratamento questionada; (b) tomar toda e qualquer medida ao seu alcance para excluir a Parte Inocente da demanda/questionamento.
- o) Caso não seja possível a exclusão da Parte Inocente, a Parte responsável garantirá à Parte Inocente apoio e informações razoáveis para que esta possa conduzir sua reposta e defesa na demanda, enquanto for parte, e enquanto esta estiver em andamento, para resguardar seus interesses.
- p) A participação de uma Parte no processo/procedimento tratado na cláusula anterior, em nada alterará a responsabilidade exclusiva da Parte que, efetivamente, era responsável pela atividade de tratamento de dados questionada, sendo esta última, mesmo em caso de condenação da Parte Inocente, exclusivamente responsável por arcar com quaisquer perdas, penalidades, decisões, custos, multas, e indenizar e reparar, quando necessário, e na forma prevista em lei, todos os danos (sejam eles patrimonial, moral, individual ou coletivo), perdas, restrições, consequências e prejuízos por si causados, tenham sido eles sofridos (i) pela Parte que não realizou o tratamento de dados questionado, seus respectivos diretores, administradores, funcionários, contratados, representantes e agentes de qualquer natureza, (ii) pelo titular do dado ou (iii) quaisquer terceiros.
- q) As Partes deverão eliminar de seus sistemas e servidores os dados pessoais tratados em decorrência do presente instrumento, (i) após a verificação de que a finalidade foi alcançada ou de que os dados deixaram de ser necessários ou pertinentes ao alcance da finalidade específica almejada; (ii) ao término do período de tratamento; (iii) nos demais casos previstos em lei; somente sendo autorizada a conservação para os fins previstos na lei aplicável.

III – CONSIDERAÇÕES FINAIS

- 3.1** As partes declaram que, no caso de omissão no presente instrumento quanto ao tratamento de dados pessoais, as partes deverão consultar-se mutuamente e, subsistindo real dúvida, aplicar a Lei 13.709/2018.